

ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 23-02-2022.

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Aline Kerber, Alvon Medina, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 608/21 (Processo nº 1346/21), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 512/21 (Processo nº 1161/21), de autoria de Cassiá Carpes; o Projeto de Lei do Legislativo nº 579/21 (Processo nº 1306/21), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 045/22 (Processo nº 0086/22), de autoria de Mônica Leal. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Psicóloga Tanise Sabino, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Alvon Medina, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Mônica Leal, Pedro Ruas, Jonas Reis, Claudio Janta e Comandante Nádia. Às quinze horas e cinquenta e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Claudio Janta e Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/21 (Processo nº 0895/21). Foram apregoadas as Emendas nºs 01 e 02, assinadas por Pedro Ruas, ao Projeto de Lei do Executivo nº 033/21 (Processo nº 0932/21), e foi apregoado requerimento de autoria de Pedro Ruas, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essas emendas. A seguir, Claudio Janta formulou requerimento verbal, indeferido pelo Presidente, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em votação, foi APROVADO o Requerimento nº 024/22 (Processo nº 0123/22), por VINTE E SETE VOTOS SIM e SETE VOTOS NÃO, após ser encaminhado à votação por Jonas Reis, Leonel Radde e Laura Sito, em votação nominal solicitada por Idenir Cecchim, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Aline Kerber, Alvon Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas e Psicóloga Tanise Sabino e votado não Alexandre Bobadra, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Mari Pimentel e Ramiro Rosário. Em continuidade, Claudio Janta formulou requerimento verbal, indeferido pelo Presidente, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria

constante na Ordem do Dia. Em votação, foi APROVADO o Requerimento nº 274/21 (Processo nº 1163/21), por VINTE E OITO VOTOS SIM e CINCO VOTOS NÃO, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia e Mari Pimentel, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Aline Kerber, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas e Psicóloga Tanise Sabino e votado não Alexandre Bobadra, Felipe Camozzato, Jessé Sangalli, Mari Pimentel e Ramiro Rosário. Foi APROVADO requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em votação, foram APROVADOS os Requerimentos nºs 027 e 015/22 (Processos nºs 0126 e 0076/22, respectivamente). Em votação, foi REJEITADO o Requerimento nº 021/22 (Processo nº 0117/22), por DEZ VOTOS SIM e DEZOITO VOTOS NÃO, após ser encaminhado à votação por Laura Sito, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Leonel Radde, Matheus Gomes, Jonas Reis, Jessé Sangalli, Alexandre Bobadra, Daiana Santos e Moisés Barboza, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Aline Kerber, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde e Matheus Gomes e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Em TEMPO ESPECIAL, pronunciou-se Fernanda Barth, nos termos do artigo 94, § 1º, alínea “f”, do Regimento. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 033/21 (Processo nº 0932/21), após ser discutido por Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Airto Ferronato, Aline Kerber e Jonas Reis. Foram apregoadas as Emendas nºs 03 e 04, assinadas por Leonel Radde, ao Projeto de Lei do Executivo nº 033/21, foi apregoado requerimento de autoria de Leonel Radde, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essas emendas, e foi apregoado requerimento de autoria de Leonel Radde, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação dessas emendas. Foi apregoada a Emenda nº 05, assinada por Pedro Ruas, ao Projeto de Lei do Executivo nº 033/21, e foi apregoado requerimento de autoria de Pedro Ruas, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi votada destacadamente e REJEITADA a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 033/21, por DEZ VOTOS SIM e VINTE E TRÊS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Cláudia Araújo e Pedro Ruas, em votação nominal solicitada por Mari Pimentel, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Aline Kerber, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Pedro Ruas e votado não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger,

Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Na oportunidade, Leonel Radde formulou questão de ordem relativa ao artigo 13, § 6º, do Regimento. Foi votada destacadamente e REJEITADA a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 033/21, por DEZ VOTOS SIM e VINTE E TRÊS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Cláudia Araújo, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo e Claudio Janta, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Aline Kerber, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Pedro Ruas e votado não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e REJEITADA a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 033/21, por DEZ VOTOS SIM e VINTE E DOIS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Cláudia Araújo e Pedro Ruas, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo e Claudio Janta, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Aline Kerber, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Pedro Ruas e votado não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi APROVADO o Projeto de Lei do Executivo nº 033/21, por VINTE E SEIS VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo e Claudio Janta, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Aline Kerber, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Pedro Ruas. Às dezoito horas e vinte e cinco minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Cláudia Araújo, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely, Cláudia Araújo e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pela 1ª Secretária e pelo Presidente.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Trinta Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que proceda à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Psicóloga Tanise está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Boa tarde, Sra. Presidente, Ver.^a Cláudia Araújo; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, colegas da bancada do PTB e público que nos assiste. Estamos iniciando mais um ano legislativo, e eu quero desejar a todos um ano de 2022 com muito diálogo e construções nesta Casa.

Utilizo este momento para falar sobre a campanha do Janeiro Branco, conhecido como mês da Saúde Mental. Esta campanha é recente aqui no Brasil, ela foi criada em 2014, comparada com outras campanhas que já são mais conhecidas como Outubro Rosa, que é o mês de prevenção ao câncer de mama, que foi criado nos Estados Unidos na década 1990, e, no Brasil, em 2002. O mês do Janeiro Branco foi criado com o objetivo de refletir sobre a nossa saúde mental, levando em conta a nossa história, o sentido e o propósito da vida. E é tempo então de pensarmos sobre a qualidade dos nossos relacionamentos, revisitando nossas emoções, nossos desafios, pensamentos e comportamentos. Por isso o mês de janeiro foi escolhido para representar a saúde mental no Brasil, conhecido, então como Janeiro Branco.

Caros colegas, no final de 2019, início de 2020, fomos todos surpreendidos com essa pandemia do covid, e todos somos desafiados a viver o novo normal. A preocupação com a saúde física, o isolamento social, o luto, as incertezas econômicas e o mercado de trabalho, tudo isso tem impactado também o nosso emocional. Como psicóloga e vereadora desta Casa, no ano passado, instalamos a Frente Parlamentar de Promoção à Saúde Mental com o objetivo de pensar e estabelecer políticas públicas nessa área. Sempre me preocupei com o bem-estar das pessoas, porque uma vida mais saudável começa na mente. Como o presidente da Frente Parlamentar de Promoção à Saúde Mental desta Casa, construímos com muito diálogo ações para juntos criarmos o fortalecimento dos serviços em prol da saúde mental, bem como chamar a atenção das autoridades e dos porto-alegrenses sobre a importância desse tema.

Quero aqui compartilhar algumas ações que já realizamos: no ano de 2021, realizei um roteiro, visitando os Centros de Atenção Psicossocial, os CAPS de Porto Alegre. Em Porto Alegre, são 15 CAPSs, e foi possível visitar alguns desses. Nessas visitas foram identificados e mapeados alguns pontos que precisam ser analisados pelo governo municipal, tais como pedidos de mais profissionais da área da saúde,

principalmente psicólogos e enfermeiros, solicitação de educação permanente para equipe de trabalho, informatização para os CAPSs que são parceirizados e reformas nas estruturas físicas, principalmente nos CAPSs próprios. Eu acredito no trabalho dos CAPSs e nos profissionais da saúde que ali trabalham. Quero agradecer à Secretaria da Saúde, em especial ao secretário Mauro Sparta; ao secretário adjunto, Richard; à coordenadora da saúde mental, à Cristiane Stracke; à diretora da Atenção Primária do Município, a Carolina Schirmer; Dr. Alceu Gomes, diretor do Hospital Presidente Vargas, porque todos esses têm nos ajudado e entendido a importância desse roteiro. É fundamental o Executivo e o Legislativo trabalhando juntos.

Além desse roteiro visitando os CAPSs, estamos construindo também, junto como o governo, o espaço onde será Centro de Autismo de Porto Alegre. Já vimos alguns locais, e, tenho certeza de que neste ano, com o apoio da Câmara, este projeto será concretizado. No mês da promoção da saúde mental, no Janeiro Branco, foram realizadas diversas ações aqui em Porto Alegre. Eu apresentei um ofício ao prefeito Melo solicitando que o tema da saúde mental, através do Janeiro Branco, fosse divulgado em nossa cidade, e a minha solicitação foi atendida, estando estampado em 60 relógios da cidade e em mais de 20 linhas de ônibus da Carris o tema do Janeiro Branco.

Eu não poderia deixar de agradecer ao Presidente desta Casa, que também nos atendeu, nos apoiou colocando um *outdoor* aqui na frente da Câmara de Vereadores com o tema do Janeiro Branco.

Outra ação que realizamos foi a Primeira Caminhada do Janeiro Branco, que teve como tema: “Uma vida mais saudável começa na mente”, onde reunimos mais de cem pessoas, no dia 23 de janeiro, com a presença do nosso prefeito da capital, Sebastião Melo, do secretário da Saúde em exercício, Richard Dias; do diretor do sindicato médico, Simers, Fernando Huberti, e o médico psiquiatra, Dr. Rogério. O Dr. Alceu Gomes estava presente e diversos profissionais da saúde mental e comunidades terapêuticas. A ocasião também contou com a presença de diversas lideranças da Grande Porto Alegre. Quero ressaltar também que o deputado Elizandro Sabino, autor da Lei nº 15.412, que instalou a campanha do Janeiro Branco, também esteve presente.

Quero finalizar dizendo que não há saúde sem saúde mental. É um dos grandes desafios deste tempo. Ter uma boa saúde mental é um ingrediente imprescindível para que as pessoas vivam com qualidade. Como psicóloga e parlamentar, tenho trabalhado junto ao governo no sentido de que a rede pública possa atender de forma mais ágil as pessoas que buscam atendimento psicológico. Hoje sabe-se que para uma pessoa conseguir algum atendimento num CAPS leva mais de 400 dias, realmente é um absurdo. Para finalizar, quero dizer que estamos trabalhando arduamente, queremos colocar a pauta da saúde mental na agenda cidade, queremos mais psicólogos nas escolas, mais psicólogos nos CAPSs, mais psicólogos nos postos de saúde. E, em especial, queremos mais um CAPS na Zona Sul, que não tem, só tem o CAPS AD e queremos também um CAPS na Ilha da Pintada.

Estamos iniciando este ano legislativo com a certeza de que muito podemos contribuir para a nossa cidade. Precisamos informar mais e desmistificar a questão da

saúde mental. Encerro desejando um ano de muita construção, de realizações e de projetos que, realmente, transformem a vida das pessoas. Que Deus abençoe a todos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde Presidente. Gostaria de registrar que estou retirando a minha máscara para falar na tribuna, porque, para falar, nada melhor do que a gente estar livre. Por que eu retiro a máscara para falar na tribuna? Porque nossas crianças, hoje, estão com máscara na sala de aula, nossas crianças, que estão aprendendo a falar, a partir dos seus três anos, que estão aprendendo a ler e a escrever, estão sendo obrigadas a usar máscara em todo Rio Grande do Sul, devido a decisões políticas, decisões que não têm base científica, não têm laudo do OMS, não têm pediatras reforçando a utilização de máscaras em crianças a partir de três anos de idade. Mas é isso o que acontece, hoje, nas nossas salas de aula. Se no ano passado, a nossa luta era para reabrir as escolas, hoje, um ano depois de reabertas as escolas, vemos como a educação não era a culpada pela covid, que o melhor local para as nossas crianças era na escola e que nós teremos uma geração que irá, por duas penas, conseguir aprender, depois de dois anos fora das salas de aulas. Nós ainda não conseguimos avançar na luta contra a utilização de máscaras em crianças a partir de três anos de idade. Reforço isso, porque uma criança de três anos de idade ainda utiliza fralda, ainda utiliza bico. É isso que hoje nós estamos fazendo. Mas nós não podemos nos omitir, porque, diante de um cenário político, nós como políticos, devemos estar aqui colocando a nossa opinião. Diante de um cenário político, pais e mães, em todo o Rio Grande do Sul, esperam que nós, com todo o bom senso, tenhamos base científica para defender algo que, hoje, é meramente político e nada científico. Espero que outros vereadores venham à tribuna defender a liberdade das nossas crianças falarem, se expressarem, terem emoções e conseguirem se desenvolver plenamente como indivíduos. Hoje, colhemos os frutos de dois anos fora da escola, com 62% da nossa população que não conseguiu se alfabetizar em idade correta, nós também teremos as consequências da utilização de máscaras em crianças acima de três anos de idade. Por isso, gostaria de colocar à disposição de todos os vereadores desta Casa a Moção nº 6058, que protocolei hoje, na Câmara de Vereadores, para que também consigam expressar o seu repúdio à utilização de máscaras por nossos pequenos. Agradeço a todos dos que nos acompanham pela TVCâmara, espero que essa mensagem seja compartilhada e que logo mais, nessa volta às aulas, a gente consiga evoluir nesse debate que é tão importante para o desenvolvimento da nossa cidade, para o Rio Grande do Sul e, principalmente, para cada criança como indivíduo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos os que nos acompanham nesta Sessão. Quero cumprimentar a Ver. Cláudia Araújo, que preside os nossos trabalhos. Agradeço ao nosso líder, Ver. Gilson Padeiro por falar em Comunicação de Líder. Trago dois temas importantes que gostaria de dividir com os senhores e senhoras. Um deles é a tragédia que nós estamos vivendo nessa última semana, no Rio de Janeiro, com quase 200 vítimas do descaso. Descaso de quem? Eu vejo nas redes sociais, nas emissoras de TVs, culparem os governos. Detalhe: eu não tenho nenhum compromisso, nem sei quem governa Petrópolis, no Rio de Janeiro e, confesso, não busquei informação. Eu quero chamar a atenção, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, porque, em Porto Alegre, nós estamos, cada vez mais, rumando na direção da insustentabilidade urbana, de ocupações de áreas verdes e de áreas irregulares, subindo encostas de morros, topos de morro. Eu quero aproveitar, infelizmente, uma tragédia que ceifou a vida de muitas pessoas que, obviamente, gostariam de ter ambientes melhores para viver, para fazer um alerta à capital do Rio do Grande do Sul, para fazer um alerta às pessoas que, indevidamente, continuam invadindo, ocupando espaços que não são propícios para habitações, para que, no futuro, não tenhamos tragédias parecidas na capital do Rio Grande do Sul. Porto Alegre tem uma vantagem, na sua característica, porque a maior parte dos nossos morros, segundo os técnicos, é mais rochosa do que em Petrópolis. Porém, com o caos climático em que nós estamos, nós fizemos um breve estudo e analisamos, por um aplicativo - Ver. Jonas que me ouviu atentamente e que também gosta desta pauta -, e a comparação das imagens dos satélites é preocupante com relação ao número de residências e ocupações. Quero dizer que político que apoia esse tipo de ocupação, nesse tipo de área, no futuro, pode ter que lidar com a consciência, porque tragédias como aquela também necessitam de um cuidado do ponto de vista da educação ambiental, para as pessoas entenderem que esses espaços não são apropriados para isso. Encerro o meu tempo de liderança, falando algo importante sobre o cenário da política, quando se fala nas federações. Então, estamos muito contentes, pois tivemos a Federação com o Partido Cidadania, em nível nacional, aprovada. Estamos na fase de conclusão da Federação, e quero dividir, inclusive já falei, mas em nome do líder da nossa bancada, Ver. Gilson Padeiro, e comemorar com vocês que a nossa Federação nasce num ano eleitoral, tendo três pré-candidatos à Assembleia Legislativa; temos o Ver. Kaká, o Ver. Ramiro e o Ver. Jessé Sangalli. Então, estamos, oficialmente, comemorando a Federação entre a Cidadania e o PSDB. Esperamos que as federações deem um rumo diferente, para que nós tenhamos aqueles casamentos apenas eleitorais. Há um compromisso programático de quatro anos, espero que isso seja construtivo para a nossa cidade. Obrigada, Presidente Cláudia.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, Presidente Cláudia Araújo, boa tarde a todos os vereadores e vereadoras, ao público que nos assiste pela TVCâmara e aos presentes. Eu venho, com muita tristeza, falar sobre algo que a gente vê, infelizmente, como desrespeito aos vereadores da nossa Casa. Mais uma vez, nós, vereadores, fomos vítimas de *fake news*. Nós não podemos nos calar perante as mentiras plantadas por alguns movimentos e grupos. Isso porque votei a favor do projeto que autoriza o Poder Executivo a contratar três técnicos industriais, doze montadores eletromecânicos, dois operadores de máquinas especiais, dois fresadores, três soldadores industriais, em caráter temporário, por prazo determinado, para atuarem no Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE. Nesse projeto, a Emenda de nº 01, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, do PT, versava sobre a contratação ou organização de frentes de trabalho para a instalação de caixas d'água ou outros equipamentos para a manutenção do abastecimento de água no Morro da Cruz; lá, onde me fiz presente, juntamente com o prefeito e mais alguns vereadores da Casa, onde vimos a grande necessidade daquele povo. E a gente vê, realmente, a luta, não apenas daquela comunidade, mas de várias comunidades em Porto Alegre. É preciso esclarecer que a emenda não se fazia necessária, uma vez que o próprio projeto já previa a contratação desses profissionais visando auxiliar as equipes técnicas existentes e mobilizadas pela Prefeitura para a instalação dos materiais e operação das atividades de abastecimento em qualquer região da cidade. Essa é a verdade, e não o que divulgaram nesse *card* mentiroso e falso. Eu me envergonho de pessoas que tiram o povo porto-alegrense - perdoem-me pela palavra - como aquele que não tem entendimento, sabedoria e conhecimento. O povo porto-alegrense é muito inteligente, e eu acredito que eles vão analisar, pensar e refletir sobre gente que, infelizmente, vive fazendo mentiras e passando notícias falsas. Essa é a verdade e não o que divulgaram nesse *card* mentiroso e falso. Devemos agir com respeito e transparência em relação aos moradores da nossa cidade, evitando sempre a divulgação e a propagação de notícias falsas, mentirosas e enganadoras. Eu e o Ver. José Freitas, do Republicanos, votamos contra essa emenda, porque entendíamos que não havia necessidade. Que Deus abençoe a todos.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Antes do próximo orador, gostaria de esclarecer um assunto, é sobre um *card* mentiroso que fizeram contra vereadores. Eu já pedi para a polícia verificar o IP desse *card*. Se for de vereador ou de funcionário da Câmara, nós vamos abrir comissão de ética, porque é mentiroso o *card*, não diz o que foi votado na Câmara. De agora em diante, quando for invenção, se for vereador ou funcionário da Câmara, vai para a comissão de ética. Obrigado.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Idenir Cecchim, os colegas vereadores e vereadoras e o público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde. Creio que o Ver. Medina trouxe um assunto importante. Claro, os vereadores que estão aqui não podem ficar em cima do muro; eles têm de votar de um lado ou de outro. Como havia um projeto de lei que tinha emendas, obviamente que quem fez o *card* se posicionou em cima da votação das emendas. E muitas vezes a sociedade reage, a sociedade acaba reagindo. Então, é importante que avalie do ponto de vista do conteúdo para poder ter clareza do que foi divulgado. Parece-me que está claro: o projeto de lei determinava a contratação emergencial de trabalhadores do DMAE e tinha duas emendas apresentadas pela bancada do PT, uma que exigia concurso público após 180 dias e outra que exigia uma frente de trabalho. Uma frente de trabalho para constituir, lá no Morro da Cruz, aquilo que o prefeito falou. Nobre Presidente Cecchim, V. Exa. estava junto lá no Morro da Cruz... Ver. Moisés, eu gostaria que V. Exa. deixasse o Ver. Cecchim ouvir, porque aqui envolveu a Câmara. O prefeito municipal de Porto Alegre, ao atender um pedido da sociedade, da Câmara, tanto o Presidente do DMAE, em vez de vir aqui, e do próprio prefeito, resolveram ir lá no Morro da Cruz. Inclusive mandou um *e-mail* para o Presidente Cecchim, que o Presidente socializou conosco, com os vereadores e vereadoras, para irmos junto. Naquela ocasião, o prefeito foi, *in loco*, em agenda sugerida pelo próprio coordenador da comissão constituída pelo governo, André Machado, lá no alto do morro, e escolheu alguns locais, algumas famílias para visitação. E lá o prefeito disse o seguinte: “Eu vou constituir estado de emergência para poder comprar as caixas d’água e ter recursos, ou até algumas a es autorizadas pelo Executivo para poder implementar l  no Morro da Cruz”. O Ver. Mauro estava presente l . E l  nós ouvimos do prefeito que, além de estar em estado de emergência, ele ia ajudar a constituir uma comissão do Poder Executivo com a comunidade, e os vereadores que quisessem ser representados poderiam estar juntos nessa comissão. Acontece que se passaram 14 dias, eu estive l  no morro da Cruz ontem e fiz aqui uma interven o na segunda, porque quando eu disse que o governo mandou 50 caixas d’água das 200 compradas - que precisam ser compradas mais de 400 -, foram instaladas 20. As 20 instaladas foram do coletivo coordenado pela líder comunitária dona Nira. São 20, mas são de um outro movimento. Das que o governo mandou, Ver. Cecchim, o DMAE, a comissão que está trabalhando instalou uma caixa d’ gua. Eu tenho as fotos ali, se alguém quiser ver. E tenho os depoimentos das pessoas que estão na comissão pedindo socorro. Pedindo socorro! Tanto   que nós vamos amanhã de novo l , com outros vereadores, para tentar conversar. Porque me parece que essa fun o que o prefeito deu para André Machado e outros que interagem em rela o ao governo, não prosperou, não conseguiram fazer uma frente de trabalho, Presidente! E por isso aquela emenda que nós apresentamos no projeto de lei sobre a cria o da frente de trabalho gerou essa repercussão. Porque só a oposi o votou na emenda. Eu estou entendendo que deve ter sido isso; porque aí,   claro, os eleitores estão muito ligados,

estão envolvidos nesse processo, estão sem água lá e também em muitos outros bairros. E as pessoas não estão entendendo a função do vereador que fiscaliza. Nós estamos presentes lá! Eu tenho a obrigação de estar lá. Fui lá várias vezes, vou lá amanhã de novo, porque estou preocupado com a falta d'água. Nós, infelizmente, não obtivemos êxito com a emenda, é da vida, é um processo democrático, o plenário decide, agora, eu acho importante conversar com o governo, com quem, de fato, tem o mando disso. Vamos construir uma frente de trabalho, definir como vai ser pago ou não... Por que não fazem como no Rio de Janeiro, onde as pessoas que aderem à frente de trabalho ganham uma cesta básica? Nós precisamos, numa emergência, ter ações concretas. Porque aqui no plenário vale tudo, mas lá na vida real é diferente. Por isso peço a compreensão. Estamos à disposição para continuar discutindo e buscar alternativas para que a sociedade que está sendo atingida possa ser atendida pelo governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereador, a emenda, em momento algum falava das caixas d'água. Então, não tem nada que ver uma coisa com a outra. Só para esclarecer aos vereadores. É obrigação minha fazer esse esclarecimento.

A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, colegas vereadores; boa tarde, Presidente Cecchim. Eu venho utilizar a tribuna porque eu acho que há alguns discursos que não são verdadeiros, e sempre que eles se fazem presentes aqui e são transmitidos a partir da TVCâmara, nós precisamos nos manifestar. Eu, de forma muito respeitosa, ouvi o Ver. Moisés Barboza, que falou e se solidarizou, vereador, com a tragédia que aconteceu em Petrópolis; mas que faz, de certa forma, uma acusação às pessoas que moram hoje em situação de vulnerabilidade, inclusive nas áreas mais difíceis, de difícil acesso, mas também de morro. Nós tivemos aqui uma oportunidade, Ver. Moisés. Nós nos solidarizamos a Petrópolis, por óbvio, mas eu queria que o senhor soubesse também que Porto Alegre, há mais de 10 anos, não tem um Plano Municipal de Habitação. Portanto, hoje, nós temos uma série de áreas em Porto Alegre em situação de risco, pois as pessoas não têm para onde ir e por isso vão morar nessas condições. Hoje, Ver. Oliboni, eu também recebi uma comissão que mora lá no Morro da Cruz, numa situação de muita vulnerabilidade, Ver. Moisés, mas que não tem para onde ir. E quando Porto Alegre não apresenta uma política habitacional que proporcione às pessoas acesso a moradias dignas, infelizmente quando nós tratamos da vida real e cotidiana das pessoas, o que acontece é que as pessoas moram do jeito que dá! Eu morei do jeito que dava durante muito tempo da minha vida. E a ausência de alternativas concretas é da responsabilidade do Executivo, é da responsabilidade do poder público, é da responsabilidade de quem governa a cidade. Quando nós não temos, há mais de 10 anos, um Plano Municipal de Habitação, nós estamos dizendo para a população que ela não tem alternativa e que ela precisa ir morar no pico do Morro da

Cruz, sem água. Sem água! Ver. Ruas, o senhor liderou, junto com a Manuela, na Assembleia Legislativa, a Subcomissão da Moradia, e sabe em que condições as pessoas moram hoje. Eu me lembro que na campanha, Ver. Cecchim, o prefeito falava, com muita propriedade inclusive, que parte dos problemas da habitação da cidade poderiam ser resolvidos com prédios públicos ociosos no Centro da cidade, porque aqui estão os equipamentos públicos, aqui nós temos vagas em creches, aqui nós temos escolas de fácil acesso. Mas quando nós temos a primeira oportunidade, o Executivo entrega de mão beijada para a iniciativa privada. Aqui, no Centro da cidade, um prédio que foi palco de muita luta, eu me manifestei publicamente, que é o prédio ocupado e que carrega o nome de uma mulher lutadora inclusive da minha região, o prédio chamado de Ocupação Saraí, que é aqui no Centro da cidade, um prédio que podia servir de moradia popular, que podia ser o primeiro grande empreendimento popular, que podia mesclar moradia, mas também empreendimento, também podia dialogar com o desenvolvimento econômico do Centro Histórico. Mas não! Lá vai haver moradias, mas elas não vão ser populares! Então, o povo que hoje vive em situação de muita e extrema vulnerabilidade, lá no pico do Morro da Cruz, vai continuar lá por uma alternativa do prefeito, aliás por falta de apresentar política pública que dê conta de conseguir melhorar a vida das pessoas. Então não dá para ser hipócrita, sabe? Não dá para dizer aqui que nós nos solidarizamos, e quando nós temos propostas concretas, nós não votamos. E aí a gente fica aqui fazendo discurso sobre coisas que nós poderíamos estar legislando e trabalhando para que a cidade pudesse apresentar alternativas concretas para que as pessoas não precisem viver sem condições, como hoje vivem muitas das famílias, não só do Morro da Cruz, mas se diversas outras regiões da cidade. Eu fico muito incomodada porque foi a partir da luta pela moradia, foi defendendo a minha casa lá na Av. Tronco, uma obra que iniciou e que até hoje não acabou - até hoje não acabou! -, fazem mais de 10 anos que quem não seguiu lutando, quem foi naquele discurso de que precisava sair para ir para o aluguel social até hoje não tem moradia! E não foram as pessoas que, por livre iniciativa, queriam sair das suas casas; foi um projeto da Prefeitura de Porto Alegre que removeu 1.800 famílias e até hoje não construiu uma moradia! Sequer uma! Então, eu acho que quando nós pensarmos de forma coletiva a cidade, quando nós conseguirmos discutir habitação de forma qualificada, aí eu acho que a cidade avança e nós vamos conseguir proporcionar aos trabalhadores e trabalhadoras moradia digna.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Apenas quero fazer um pedido à Ver.^a Bruna: que peça as notas taquigráficas. Eu não fiz acusação para absolutamente nenhum morador. Não fiz. E gostaria que ela, que é uma mulher justa, lesse as notas taquigráficas, porque o discurso dela foi dizendo que eu fiz uma acusação às pessoas. Não fiz nenhuma acusação. Quero que ela leia as notas taquigráficas e, depois de se dar conta de que eu não fiz acusação, que ela altere o discurso dela, as notas taquigráficas. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Bruna ouviu a sua ponderação. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente Cecchim; colegas vereadores e vereadoras. Eu subo a esta tribuna, primeiro, para agradecer ao Ver. Alvoní Medina por desfazer o que está sendo dito aí na imprensa, as *fake news* que estão sendo lançadas, esclarecer com relação a isso. E eu trago aqui o que está sendo feito de forma verdadeira no Morro da Cruz. O que é que o DMAE já fez, o que é que o DMAE está fazendo e o que o DMAE vai fazer. O DMAE esteve, depois da reunião com prefeito, em reunião no grupo de trabalho que foi constituído e, a partir do dia seguinte, começou a colocar as conexões de sucção e recalque, antes e depois da bomba na rede. Colocaram também um painel de controle, que é uma bomba chamada bomba *soft starter*, e esse painel liga a rede elétrica à bomba. A CEEE, Presidente, disponibilizou mais energia para a bomba, que trabalhava antes com 50 hz e hoje trabalha com 60 hz; ou seja, uma maior quantidade de água que sobe para as casas. Feito o levantamento topográfico, que foi combinado que o DEMHAB faria junto com DMAE, agora o DMAE está graficando, ou seja, fazendo o gráfico das necessidades, porque não dá simplesmente para chegar lá e largar todas as 350 caixas, que são as necessárias, de qualquer jeito. Aí vão ser feitos projetos para fazer a rede de água e para que a gente possa tirar as mangueiras, que é o que a gente mais deseja. Com relação às caixas d'água que o Ver. Oliboni comenta que foram 20 colocadas, foram 50 entregues, 46 de forma oficial e tem quatro que não tem recebimento, totalizando 50 caixas. Cinquenta caixas foram doadas pela iniciativa privada, e o DMAE comprou as conexões dessas caixas. Na segunda-feira passada, dia 21, o DMAE foi ao morro instalar as conexões para que as caixas possam ser ligadas. São 350 caixas e conexões compradas pelo Município, além das 50 doadas, que totalizarão 400 caixas d'água. Cinquenta estão no planejamento para serem entregues nesta sexta-feira, e a partir daí, 50 caixas por semana serão entregues. E para finalizar, tem uma área na parte de cima do morro em que serão colocados reservatórios, um de 20 mil litros e dois de 15 mil litros, totalizando 50 mil litros de água, o necessário para abastecer 100 caixas d'água. Eu achei que era muito importante trazer isso porque a população pode achar que o DMAE foi lá, que o prefeito foi lá e nada foi feito. Pelo contrário, senhores, está sendo feito, sim. As caixas estão sendo colocadas, alguns estão recebendo o material, os tijolos, porque dizem que têm condições de fazer por conta própria a colocação, outros não tem condições e precisam da mão de obra dos serviços urbanos que está trabalhando no local. Então tudo isso nós temos que levar em consideração, mas a Prefeitura não está omissa, não está deixando de entregar, e não está deixando fazer aquilo que se comprometeu com a população de Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, pessoas que nos assistem, assessores, utilizo esta tribuna para falar de algo que vem me preocupando já há algum tempo, e chegou o momento: máscaras no ambiente escolar. Esse prejuízo vindo de restrições que fazem mal à vida das crianças é algo que por mais que eu tentasse falar no tamanho do dano que vai ocasionar no aspecto social e no aspecto cognitivo, eu tenho a certeza de que não conseguiria aqui. Crianças precisam sorrir, elas precisam se expressar! Isso não pode estar escondido, não pode estar camuflado por máscaras. É preciso que os nossos governantes busquem soluções sensatas, padrões dentro daquilo que é sensato para cada idade. Agora vejam, em Porto Alegre o prefeito lançou um decreto revestido de bom senso no momento em que ele trouxe a exigência do uso de máscaras a partir dos 12 anos. Doze anos é pré-adolescente, ou já é até adolescente, tem consciência do que é usar uma máscara. Três anos, não! Agora, a regra estadual determinou que a medida seja para os pequenos, crianças a partir de três anos. Alguém aqui já imaginou uma criança de três anos entrar numa escola e ficar o dia inteiro de máscara, se nós, adultos, não conseguimos? Ora, nossas crianças não são robôs, são crianças, precisam expressar os seus sentimentos através dos seus rostinhos. Nós não devemos, de forma alguma, nos acomodar, ficar de meros espectadores. Eu acredito que a pandemia foi um grande dano para todos nós na área de saúde, muitas perdas, famílias destruídas, economia, e aí está o resultado agora do fecho tudo e depois nós vamos ver, famílias aumentaram nas sinaleiras... Mas precisamos falar sobre crianças que estão usando máscaras a partir de três anos e que sequer têm condições de saber o que isso significa. Nós vamos ter danos lá na frente: as crianças precisam de liberdade para se expressar, estar com seus rostinhos descobertos, o que facilita a comunicação e a compreensão. Como nós podemos pensar e nos acomodar com essa situação? Eu realmente eu vejo as crianças indo para as escolas, sentarem nas salas de aula com máscaras durante tanto tempo e não consigo entender como é possível exigir que um pequenino de três anos consiga ficar com aquele pano no rosto, tapando a sua expressão, dificultando a sua compreensão e até mesmo a sua respiração. Trago esse assunto aqui e sei que mais colegas também têm essa preocupação. Acredito que está na hora de nós não compactuarmos com medidas que são desproporcionais aos objetivos desejados. Nosso País vai depender dessas crianças que hoje estão com grandes dificuldades para se expressar, compreender. Enfim, é um depoimento que eu trago aqui pelo que eu tenho visto. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Idenir Cecchim, vereadores e vereadoras, público que nos assiste na TVCâmara, nos últimos dias a cidade conviveu com um episódio que chamou a atenção pelo inusitado. Eu até acho que o mérito é difícil discutir por que ninguém conhece exatamente o que ocorreu, mas uma escola de samba tradicional da nossa capital, aqui de Porto Alegre, Imperatriz Dona Leopoldina, na Zona Norte da cidade, histórica escola de samba, foi interdita e fechada pela Prefeitura, Brigada Militar e Corpo de Bombeiros. Na verdade, os dirigentes da escola que procuraram diversos vereadores, inclusive a mim, não sabem exatamente - vejam bem o que vou dizer - qual é a diferença entre os equipamentos que eles têm e que todas as demais escolas de samba têm. O que eles têm a menos que as demais escolas de samba? O que eles têm a menos, por exemplo, que o Centro Administrativo? As condições examinadas revelam que são os mesmos equipamentos. Por que foi fechada às vésperas de uma festa de bateria, quando estaria completamente lotada em importante evento da escola? Ela foi fechada! A Prefeitura deve ter uma explicação, por certo, mas essa explicação, Ver.^a Aline Kerber, tem que chegar até nós, porque todas as escolas daquele nível, daquele porte, grandes, em Porto Alegre, têm as mesmas características e os mesmos equipamentos. Como outras tantas entidades ou órgãos, eu dei o exemplo do Centro Administrativo Fernando Ferrari, o gigantesco Centro Administrativo Fernando Ferrari. Agora, não é possível que o secretário de turismo que estava lá no fechamento da escola, não nos dê uma explicação sobre o tema! Nós estamos a poucos dias do carnaval! Nós sabemos das restrições pandêmicas em relação ao carnaval, e eu concordo, Presidente Cecchim, com as restrições, eu concordo, para o geral, mas não com fechamento de uma escola sem que se saiba que diferença ela tem das demais. Alguém poderia argumentar, busquei essa explicação: "Não, mas há determinados equipamentos que ela não possui". E eu perguntei: E as outras possuem? "Também não." E por que só essa é fechada? Por que só ela é fechada? Porque problema já não é agora se o conjunto da legislação está cumprido, o problema é saber por que, entre todas que não cumprem, porque só uma é fechada. A injustiça está nisso. E eu não vou debater com o secretário sobre a legislação existente, se estão cumpridos ou não todos os requisitos. Eu não sei. O que eu sei é que as condições da Imperatriz Dona Leopoldina e as demais escolas são idênticas. E em condições idênticas, apenas uma ser fechada revela o conjunto da injustiça, o absurdo do tratamento. Por isso fica aqui o nosso apelo, vereadores e vereadoras, para que o Município, no mínimo através da Secretaria Municipal do Turismo - que tem essa obrigação, que esteve lá no fechamento -, nos diga quais são as diferenças encontradas, porque nós pesquisamos e elas inexistem, elas simplesmente não existem. Eu não quero debater com o argumento daquilo que é necessário em relação a qualquer entidade daquele porte porque eu não conheço toda a legislação, mas eu conheço a identidade das condições e é sobre isso que estou argumentando, e é essa resposta que nós não só esperamos, mas exigimos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, venho a testa tribuna indignado, escandalizado com o que fazem na educação do Município. O que estão pensando os governantes e gestores da educação? No CMET Paulo Freire faltam três funcionários de serviços gerais, dois auxiliares de cozinha, falta professor da sala de recursos, falta professor para o Currículo e Vivências; na EMEF Afonso Guerreiro Lima, na Lomba do Pinheiro, faltam servidores de limpeza, professores de ciências, de inglês, de arte, faltam dois monitores, faltam seis pedagogos; na EMEF América, no Morro da Cruz, falta auxiliar de cozinha, cozinheiro, serviços gerais, professor de inglês, de espanhol, dois monitores, e nem estagiário tem.... Não há lugar na cidade que não faltem recursos humanos na escola. Que legado é esse de um ano de gestão? Na EMEF Campos do Cristal falta professor de português, dois de matemática, inglês, espanhol, artes, ciências, não têm nutricionistas na cozinha, faltam dois monitores; na EMEF Chapéu do Sol, lá no Extremo Sul, matemática, dois pedagogos, inglês, história e dois auxiliares de serviços gerais e dois auxiliares de cozinha; EMEF Chico Mendes, lá no Mário Quintana - não tem bairro que não falte recursos humanos, e o prefeito tem R\$ 177 milhões no caixa, que ele não investiu - falta auxiliar de cozinha, professor de inglês, de ciências, biblioteca e 60 horas de laboratório de aprendizagem, meu Deus; na EMEF Lidovino Fanton, escola em que eu tive o prazer de lecionar durante 3 anos, falta auxiliar de limpeza, faltam dois pedagogos, professor de geografia, biblioteca, português, matemática, espanhol e inglês. O que fizeram na Secretaria de Educação durante um ano, que não previram RH? Na EMEF Marcírio, lá no Morro da Cruz, serviços gerais, cozinheira, auxiliar de cozinha, não tem alimentação. Onde não tem auxiliar de cozinha, nem cozinheiro, não tem alimento para as crianças, não é de verdade a educação então. É uma brincadeira? Como o prefeito simplesmente demite uma secretária e deixa as escolas assim agora, sem professor, sem funcionário? Ninguém responde pela educação, está no vácuo. Está no jornal que demitiu, e a outra só assume em março. Que escândalo! Não posso me calar, como professor, não posso me calar quando viram as costas para a educação. Na EMEF Gabriel Obino, aqui perto do bairro Glória, falta português, geografia, matemática, artes, educação física, pedagogos, e no noturno falta também laboratório de aprendizagem, auxiliar de serviços gerais, cozinheiro para a manhã e tarde, e auxiliar de cozinha que manhã, tarde e noite não tem. Meu Deus, o que o prefeito Melo está fazendo? Pediu para voltar às aulas segunda-feira, mas não há recursos humanos nas escolas. E continuo, continuo: na EMEF Neusa Brizola, essa que ele diz que vai transformar em integral, olhem o que falta lá - anunciou que é integral -: falta supervisão, professor de sustentabilidade, jogos digitais, filosofia, religião, contação de história, inglês, falta professor referência para o jardim A, falta artes, música e dois monitores na escola, e ele quer que seja de tempo integral. Mas é *fake news*, não é de verdade. Na Escola Nossa Senhora do Carmo, lá na Restinga, falta secretário da escola, falta professor, falta auxiliar financeiro, falta biblioteca, falta auxiliar de biblioteca, faltam dois pedagogos, espanhol, português, dois

professores de matemática, ciências, inglês, e não teve reposição de auxiliar de cozinha, nem serviços gerais, que foram demitidos na última sexta-feira. Não tem mais ninguém. O mínimo que uma Secretaria de Educação tem que fazer é concurso, é gestão de RH, e não fez! Eu quero uma resposta! Eu quero uma resposta, como vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, desta Casa, como vereador desta capital, como professor. Onde estão as autoridades deste Município que deixam centenas de milhares de crianças à mercê, sem direito à educação. E aí, a palavra de ordem de alguns vereadores aqui é se as crianças usam ou não a máscara. Não vai ter diferença se não tem professor. Vocês deveriam ter vindo para cá exigir professores e funcionários de escola.

E quero me somar ao debate, para concluir, da necessidade de uma política robusta no saneamento, outro tema crucial. Aquele contrato simples ali de 12 pessoas não vai resolver. Vai resolver, pontualmente, num setor que é GMAM, do DMAE, mas estamos sem gente em todos os setores do DMAE. Nós tínhamos três mil funcionários, hoje, nós temos pouco mais de mil. Vai continuar faltando água, e quando chover é aquele alagamento total. Se o diretor do DMAE não abrir concurso, vai continuar caótico. O que esse diretor do DMAE está fazendo lá? Inclusive foi ao Morro da Cruz e disse: "Se você mora em área irregular, nós não temos o que fazer, como levar água para vocês". Mas como? Se mais de 20% da população mora em zonas difíceis, mas não moram porque querem, eles moram porque é a única opção que têm. E como o Estado vai lhes negar o direito ao básico, que é a água potável? Não tem justificativa. O parlamentar que se coloca contra o direito à água não tem razão de sê-lo, porque, se é parlamentar tem que defender o povo e seus direitos básicos. Tenho dito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O senhor estará com desconto de 2 minutos na próxima liderança do PT. Deixei terminar o raciocínio, mas temos que fazer justiça.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente Idenir Cecchim, colegas vereadores, membros desta Casa, público que nos assiste pela TV Câmara, nossa Rádio Câmara e das redes sociais; falo aqui em liderança do meu partido, Solidariedade, SD, e venho falar de temas que foram debatidos aqui na Casa. Temas como vir aqui e dizer que as pessoas não têm tal coisa, que as pessoas não têm acesso a tal produto, pode-se dizer assim, eu que sou oriundo do comércio, dentro da nossa cidade de Porto Alegre. Quando o governo faz algo, diz que governo não faz; quando o governo faz, faz insuficiente. Esse é o papel da oposição, mas a mesma que sobe aqui para dizer que falta educador em tal lugar, não fala que o governo colocou 135 monitores para acompanhar as crianças especiais nas escolas; não fala que o governo tem feito as contratações, fala simplesmente em aumentar a arrecadação do seu sindicato, porque só fala em fazer concurso público. É concurso público para a Saúde,

concurso público para Educação, concurso público para a escola infantil, concurso público para motorista, concurso público, só concurso público. Quanto tempo leva para se realizar um concurso público, se não houver nenhuma contestação? A população tem urgência em certos temas, a população tem pressa em certos temas. Uma mãe que está com seu filho autista matriculado numa escola da rede pública, ela tem pressa em ter um monitor, ela não vai esperar o concurso; uma pessoa que chega numa UBS, precisando de atendimento, ela tem pressa em resolver o seu problema de saúde, não vai esperar o concurso, até porque nós temos concursos feitos até hoje que não conseguimos implementar, não conseguimos chamar em função de contestações. Agora, o acusar, levemente, tem sido algo bem prático, de alguns membros desta Casa. Não sobem à tribuna, não apresentam, de fato, a sustentação, é somente a acusação. Então quero informar, para quem disse que não tinha, têm 135 monitores contratados pelo Município, que já estão sendo disponibilizados para as escolas.

Mas eu quero usar o tempo de liderança do meu partido para falar de uma coisa muito importante. Hoje, o Supremo Tribunal de Justiça está votando um projeto, uma resolução, um pedido dos planos de saúde; esses planos de saúde que a cada ano, a cada semestre, querem tirar coisas contratadas pelas pessoas; esses planos que incluíram o pagamento de consultas quando a pessoa vai a um especialista; esses planos que cada vez mais dificultam o acesso das pessoas a usar um hospital; a estar dentro de um centro clínico agora querem tirar o atendimento às pessoas com comorbidades, às pessoas com deficiência, às crianças autistas, com Síndrome de Down, dizendo que não suportam isso, mas arrecadam, arrecadam e arrecadam. Cada vez mais a gente vê os hospitais tirando leito do SUS e botando leitos para os planos de saúde; a gente vê cada vez mais médicos abandonando o Sistema Único de Saúde e indo atender os planos de saúde. E agora esses planos querem restringir o atendimento às pessoas que os contrataram. Não estou aqui só falando de Down, de autistas, não estou falando de pessoas com deficiência, eu estou falando das pessoas com comorbidades, estou falando das pessoas que têm um diagnóstico de um câncer, e esses planos não querem mais pagar esse tratamento. Eu estou falando de uma pessoa que sofre um acidente, tem sequelas e precisa tratar, e agora os planos não querem mais pagar esse atendimento, só querem faturar. Era para ser o contrário, esses planos, eu acho que a cada 5, 6, 10 consultas, que fosse, tinha que dar uma para o público, tinha que ressarcir o público. Vamos supor que eu sofra um acidente aqui na Câmara de Vereadores - eu tenho um plano de saúde e sofro um acidente aqui, Ver. Pablo -, vem a ambulância do SAMU me buscar, me levam ao Pronto Socorro, eu tenho plano de saúde, já era para cobrir a ambulância, mas não cobre. Chego lá no Pronto Socorro, ou no Conceição ou no Clínicas, vou ser internado lá e não preciso usar o plano de saúde. Se eu tenho um plano de saúde, ele deveria cobrir as despesas que a instituição pública fez no lugar dele. Era para cobrir! Aí o plano, simplesmente, quer que a pessoa assine um documento para sair do Sistema Único de Saúde. Então essas coisas é que o Supremo Tribunal de Justiça tinha que começar a julgar a favor do povo, e não tirar o direito das crianças, das pessoas especiais; não tirar o direito das pessoas que têm necessidades e precisam melhorar a sua saúde, que contratam um plano para ter um pouquinho de saúde, melhor, com mais

agilidade, e agora querem transformar os planos de saúde, pelo jeito, num SUS. Então que esse dinheiro vá para o SUS e não mais para os planos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Cecchim; obrigada também ao nosso líder do governo, Ver. Janta, por ter utilizado a tribuna para que esta vereadora pudesse aqui chegar, porque é sempre mais fácil quando falamos da tribuna e não de um celular, de um *notebook*, a presença física é sempre mais importante, sempre mais fácil de nos entendermos. Subo a esta tribuna para parabenizar a Ver.^a Mari Pimentel pela moção de repúdio que ela escreveu, que esta vereadora assinou, e tenho certeza de que outros vereadores assinarão, por conta da importância do mérito dessa moção. A moção diz única e exclusivamente sobre crianças; crianças abaixo de 12 anos que hoje estão sendo obrigadas a utilizar a máscara. Aqui ouvi atentamente o Ver. Jonas, que é professor, e fiquei muito feliz em saber que ele ficou três anos em sala de aula – nos seus tantos anos de concurso público, três ele ficou em sala de aula – e que ele estava preocupado com a educação. Ele deveria também se preocupar com a aprendizagem dessas crianças que necessitam, Ver. Pablo, enxergar a boca do professor, enxergar as feições do professor e vice-versa, dos seus colegas; a dificuldade de aprendizagem dessas crianças abaixo de 12 anos está sendo um absurdo. Um absurdo é ter gestores que ainda se prendem a discussões apenas políticas, não se prendem em questões científicas, não se prendem em questões médicas, estão apenas politizando a questão da máscara por birra. Aliás, estamos completando dois anos de pandemia; desde que a pandemia iniciou, o problema nunca foram as crianças. Agora, de repente, os olhares se voltam para os nossos filhos, para os nossos netos, para os nossos afilhados, para os nossos sobrinhos, dizendo que o problema da pandemia são as crianças menores e exigindo que essas crianças utilizem máscara. É um absurdo, assim como é um absurdo – nós aqui, vereadores, não podemos estar passando as mãos por cima – o que está acontecendo nas creches, principalmente, e na educação primária. São crianças que têm que ser alfabetizadas e necessitam estar com todos os órgãos sensitivos a pleno, e estão tendo máscara no seu rosto, crianças que precisam efetivamente ler, visualizar a forma que se falam as letras, e hoje isso está sendo impedido na educação infantil. A educação infantil está correndo sérios perigos, já não bastam dois anos em que os nossos estudantes ficaram praticamente proibidos de entrar em sala de aula, com uma hipocrisia enorme, sendo que nos jogos de futebol as pessoas estão sem máscara, sendo que para se sentarem em um restaurante as pessoas retiram as máscaras, mas as nossas crianças, os estudantes, sentados nas suas cadeiras, nas suas classes, são obrigados a usar máscaras. Isso é inadmissível! Portanto, assine essa moção de repúdio. E nós, vereadores desta Casa, não podemos estar sendo nulos

nessa questão. Eu venho da educação, sou professora de primário, professora alfabetizadora, tenho pós-graduação em psicologia escolar e eu sei a necessidade de a criança ver, enxergar o que a boca do professor está falando, a necessidade de a criança, da educação infantil e das séries iniciais, enxergar os trejeitos do professor, do colega, do pai, da mãe, do orientador, do monitor, e isso está sendo impedido. Isso nós não aceitaremos em Porto Alegre. O Sindicreches, a associação das escolas particulares, os pais que realmente falam pela democracia não querem mordada nos filhos. Abaixo a máscara das crianças, Ver.^a Mônica, que também a escutei e a senhora foi muito pontual na sua fala, tem netos, tem netas e sabe da dificuldade das crianças em terem um bom aprendizado. Aliás, a máscara dificulta até a fala das pessoas, a dificuldade de entender é alta para os adultos, que dirá para crianças em séries iniciais! Então venho aqui pedir aos nobres colegas vereadores que assinem essa moção de repúdio, Ver.^a Mari, que muito bem a senhora escreveu, e eu tenho certeza que a maioria dos vereadores são pelos estudantes, são pelas escolas abertas, porque as crianças vão na escola também para merendar, tem pessoas que não sabem que é na escola, muitas vezes, que as crianças têm a sua única refeição. Chega de dizer que a escola não vai estar aberta, chega! As vacinas, que os professores queriam, estão aí, para as crianças também estão sendo disponibilizadas, apesar de não ser obrigatória a vacina. Estou sem máscara, senhor, porque estou aqui sozinha no ambiente. As crianças não precisam máscara. Hipócrita quem diz que criança abaixo de 12 anos precisa de máscara! Isso é hipocrisia, é gente que só quer lacrar; aqui a gente não vai lacrar, aqui a gente vai falar com dados fidedignos, com coisas que nós podemos pautar, não com achismo de pessoas que ficam gritando para ter o que falar, porque pauta não têm. Abaixo a máscara! As nossas crianças abaixo de 12 anos têm que ter liberdade, sem censura e sem mordada. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): Em nome da Procuradoria da Mulher e, tendo em vista que nós temos a conquista do voto feminino sendo celebrada no dia 24 de fevereiro, gostaria de chamar as mulheres que compõem o Parlamento aqui na Câmara de Vereadores para tirarmos uma foto e deixarmos este momento registrado na data de hoje.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Com todo o poder das mulheres!

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Pois não, Ver.^a Aline Kerber.

Vereadora Aline Kerber (PSOL): Só para esclarecer, já que nós somos mães e pais pela democracia, e aqui com a presença da Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19, nós, no ano passado, em março e abril, o pior momento da pandemia, chegamos a ter 506 mortes pela covid em um único dia, no Rio Grande do Sul, sem vacinação. E, sem a vacinação de professores, queriam a volta às aulas. Claro que lugar de criança é na escola, mas não se está pegando fogo, se é o pior momento da pandemia. Então tem que ter razoabilidade, acho que o debate precisa ser científico, baseado em dados e informações.

Sobre a máscara em crianças: é uma recomendação da Sociedade Brasileira de Pediatria, da Academia Americana de Pediatria e do Centro de Controle e Prevenção de Doenças. O resto é ideologia, extremismo, extrema direita e a gente não vai aceitar esse debate, que a gente precisa salvar vidas. E as crianças são as que mais estão sofrendo neste momento, na pandemia.

Temos 141 crianças internadas no Rio Grande do Sul em leitos de UTI pela questão da covid, e em leitos clínicos. Então, por favor, vamos nos basear na ciência e não em politicagem barata.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Feito o registro. Solicito ao Diretoria Legislativa que proceda à chamada nominal para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Trinta e quatro Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h51min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Diretor Luiz Afonso, por favor, apregoe as matérias.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Claudio Janta e do Ver. Idenir Cecchim, ao PLCE nº 020/21 (Art. 81 da LOM).

Apregoo as Emendas nºs 01 e 02, ambas de autoria do Ver. Pedro Ruas, ao PLE nº 033/21 (Art. 81 da LOM).

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 01 e 02 ao PLE nº 033/21.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, nós, líder do governo e líder da oposição, estamos aqui tentando fazer um acordo para podermos votar em bloco algumas moções. O líder do governo, Ver. Claudio Janta, formulará o requerimento.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a formação de um bloco de votação composto pelos Requerimentos nºs 024/22, 274/21, 027/22 e 015/22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Eu não dou acordo.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADO o requerimento.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 024/22 – (Proc. nº 0123/22 – Ver. Jonas Reis) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “à tramitação e aprovação do PLP 73/2021 na Câmara Federal, que cria a Lei Paulo Gustavo, que tem por objetivo a liberação de recursos em apoio aos setores culturais”. **(SEI 210.00092/2022-01)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, trazemos a esta Casa esta importante moção de apoio aos trabalhadores, às trabalhadoras da cultura, artistas, criadores de conteúdo e empresas também da área cultural. Está em tramitação no Congresso Nacional, já aprovada no Senado, agora, precisa ser aprovada na Câmara, a Lei Paulo Gustavo, que permitirá que os recursos do Fundo Nacional de Cultura, também recursos não governamentais e do Fundo Setorial do Audiovisual possam ser redistribuídos e implementados imediatamente para sanar algumas dificuldades de todo este desastre que aconteceu no setor cultural brasileiro decorrente da pandemia, da não existência de eventos, do fechamento de espaços. Há um desemprego enorme e este projeto vai ajudar a que os municípios e suas secretarias municipais, como a secretaria de Porto Alegre, recebam recursos e possam via editais públicos permitir a fruição da cultura, o aproveitamento do povo, de tudo aquilo que a gente conhece, porque o que é o povo sem sua cultura? O que seria de Porto Alegre sem

as suas manifestações, sem os seus teatros, sem os seus espaços de cinema? O que seria da sociedade sem a arte? A arte nos ilumina, nos orienta, nos emociona, nos constitui como seres humanos - somos seres culturais. Somos, sim, seres sociais e, dentro disso, somos seres culturais, porque produzimos, nos expressamos, nos comunicamos em diferentes linguagens artísticas e precisamos fomentar estes que fomentam também as alegrias na sociedade. Quem nunca, depois do trabalho, chegou em casa e assistiu a uma novela? Quem nunca, no final de semana, assistiu a um filme? Quem nunca assistiu a uma peça de teatro, leu um poema, leu um livro? Quem nunca ouviu uma música, foi a um show? Todos nós precisamos de cultura. Por isso, a classe cultural de Porto Alegre ficaria enormemente feliz se esta Câmara, de forma unânime, apoiasse esta moção que é de apoio a este projeto em tramitação, em homenagem a este artista, Paulo Gustavo, que inclusive concede o nome a essa lei, que faleceu de covid e que muito alegrou, assim como tantas e tantos artistas que não são tão famosos, mas que é na cultura que levam a renda para as suas famílias, para a sua subsistência e para a construção desta sociedade que a gente precisa de mais arte, mais cultura. Nós precisamos inclusive reabrir espaços fechados há muito tempo na capital e abrir novos, construir novos é fundamental. Então, aqui, como autor desta moção peço apoio das colegas e dos colegas para a gente enviar, como várias outras Câmaras têm enviado moções de apoio, ao Congresso e o Congresso ouça os anseios, porque as Câmara de Vereadores representam também o povo local. Muitas vezes, o povo encontra o vereador; para debater os temas nacionais e estaduais, ele é o agente na cidade. E esses agentes, vereadores, também precisam ser ouvidos pelo Congresso Nacional. Por isso, esperamos que tão rapidamente possa o Congresso apoiar a cultura brasileira com essa lei e que a gente tenha no futuro mais e mais investimentos na cultura e que virá dinheiro para a capital. Com certeza, o secretário da cultura saberá empregar esses recursos para melhorar o acesso do povo de Porto Alegre aos bens culturais que são fundamentais para a vida em sociedade. Nesse sentido, peço voto das colegas e dos colegas em apoio à moção. Um grande abraço, vivam os trabalhadores e as trabalhadoras da cultura e também as empresas que fomentam o setor cultural no Brasil. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Eu só queria fazer um registro, Sr. Presidente, com base nas necessidades dos artistas da cultura, que o Município, na Secretaria Municipal da Cultura, o projeto Giba Giba, que é um auxílio a trabalhadores da cultura, artesãos, músicos, artistas, pintores, figurinistas, iluminadores, técnicos de som, poetas, escritores que fazem parte desta cadeia cultural que tenham a oportunidade para se inscrever para um auxílio, junto à Secretaria da Cultura, um auxílio financeiro.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Feito o registro, vereadora.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 024/22.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Lei nº 14.019/2020, art. 3º-A: É obrigatório manter boca e nariz cobertos por máscara de proteção individual, blá-blá-blá; § VIIº, que as impeçam de fazer uso adequado de máscara de proteção facial, falando sobre o espectro autista, conforme declaração médica que poderá ser obtida por meio digital bem como, no caso de crianças com menos de três anos de idade. De quem é essa lei? Do Bolsonaro! Parabéns, bate parabéns, Nádia, excelente a fala de vocês aqui está bem em desacordo com o que o próprio Presidente fala.

Mas vamos agora à pauta que é a Lei Paulo Gustavo. A Lei Paulo Gustavo é uma lei de extrema relevância. Trabalhei como ator por mais de dez anos, meu pai foi diretor de teatro, dramaturgo, minha irmã é atriz, diretora de teatro, a minha vida foi construída a partir de bilheteria, a partir do público pagando o ingresso, e eu sei exatamente o que é passar por uma pandemia, sem nenhum tipo de respaldo do Estado, e sendo atacado pela extrema direita. Quando eu postei que a lei Paulo Gustavo deveria ser aprovada no Congresso Nacional, fazia muito tempo que eu não sofria ataques de robôs bolsonaristas, e passei a receber um monte de ataques de robôs, falando um monte de asneira. Ou seja, o termo lei Paulo Gustavo, para os robôs fascistas estava no radar. Quem falasse a favor da lei Paulo Gustavo era atacado. Esse é o nível que nós temos da extrema direita, esse é o nível que nós temos dos apoiadores do Presidente Bolsonaro, não por acaso, um fascista, não por acaso, o indivíduo mais preocupado em dar armas para a milícia, dar armas para o tráfico, como já está comprovado. Mas em relação à cultura, Bolsonaro vira as costas. E nós temos que defender o óbvio: que essa categoria de profissionais necessita de um respaldo, de um apoio, até porque o fundo da cultura, que pagará esse auxílio, é dos artistas. E a guerra do bolsonarismo, a guerra fascista, se dá em cima da cultura, da educação e da segurança pública - não por acaso, temas que já foram tratados pela extrema direita da Casa no dia de hoje. Dessa forma, é urgente que a lei Paulo Gustavo seja aprovada. É questão de justiça, é questão de humanidade, é questão de respeito.

Porque, por mais que a pessoa seja idiota, seja fascista, ela vai assistir uma série, uma novela, um filme, até mesmo ir ao teatro, aí ela não reconhece que isso também é uma função essencial. Sem a cultura, sem a arte, sem a música, sem as artes cênicas, as artes plásticas, a vida seria insustentável. E durante a pandemia isso ficou ainda mais evidente. Aprova a lei Paulo Gustavo! Muito obrigado

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quero anunciar a presença do vereador Neto Viana, de Lavras do Sul, do PT. Obrigado pela visita.

A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 024/22, pela oposição.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, caras colegas vereadoras e vereadores, creio que nós temos que estar aqui, fazendo a defesa dessa Moção, pois ela

materializa muito a atual situação dramática da cultura no Brasil e daqueles e daquelas que, ofuscados pela ideologia, são incapazes, de fato, de racionalmente pensar no bem do Brasil e na situação dos nossos artistas. É uma situação bastante triste essa que nós vemos mais uma vez se reproduzir nesse plenário. Infelizmente, a cultura no Brasil nem sempre é reconhecida e valorizada como deveria. Isso vale tanto para a diversidade, para a pluralidade cultural, como para os investimentos que ela recebe. A sorte é que tem uma turma da cultura que é extremamente mobilizada. E nós vimos, ao longo desse período da pandemia, que esse setor foi duramente atingido, e sabíamos, desde o início, que seria o último setor a conseguir, de fato, se recuperar, e o quanto ele precisava de ações efetivas do Estado, do poder público, para que pudesse ter sua proteção garantida. Foi isso que garantiu as conquistas no setor e que permitiu que a sociedade reconhecesse a importância do setor cultural na centralidade do desenvolvimento socioeconômico em nosso país. A cultura gera uma identidade social, representa a liberdade a democracia, também é um instrumento da crítica, da transformação, da emancipação do lazer, da geração de emprego e renda, e é um segmento que pulsa no nosso Brasil, um país tão rico e tão diverso. Ignorar isso é invisibilizar a realidade da essência do que constrói o nosso Brasil. Uma das conquistas que a luta social pela cultura garantiu foi o Fundo Nacional de Cultura, um fundo, junto com outras iniciativas, como a Lei Rouanet, que financiou a cultura nacional e que é de controle do governo federal. A lei Paulo Gustavo será votada hoje na Câmara Federal, e é uma lei simples que trata sobre esse fundo. Hoje, o governo federal utiliza os recursos desse fundo para gerar superávit no caixa, ou seja, o governo deixa parado R\$ 4,3 bilhões do fundo, ignorando o período dramático que o setor da cultura vive, em função de uma pandemia e de outros retrocessos que nós vivemos no Brasil, especialmente desde o golpe de 2016. Nós, aqui, que somos da capital do Rio Grande do Sul, é importante nós visibilizarmos que só no Rio Grande Sul a lei Paulo Gustavo traria R\$ 198 milhões. Sabem do que nós estamos falando? Qual é nossa responsabilidade com esse setor tão duramente atacado? A lei Paulo Gustavo não pode deixar de receber um nome mais nobre. Ela destina R\$ 3,8 bilhões que hoje estão parados nesse fundo para os estados e municípios investirem. É a possibilidade de movimentar a economia, de valorizar a cultura nacional, e destaco, portanto, a quanto plural, diversa e descentralizada ela é. Nós precisamos de investimento em todo o setor, especialmente em projetos que destacam a cultura negra, a cultura periférica, que ainda mais é inviabilizada e carente de investimentos do poder público e do setor privado. Não investir é não só aplicar uma agenda neoliberal, como também é o apagamento da diversidade e da riqueza cultural que nós temos no Brasil. Eu, portanto, sou parceira nessa luta, acredito que ninguém aqui é contrário a nós termos mais recursos no nosso Estado do Rio Grande do Sul, a nós termos mais recursos em Porto Alegre, para poder investir na cultura, então, contem com o meu voto. Estendo minha solidariedade a toda a valorização da cultura. Infelizmente, setores que, na verdade, querem destruir o país, fizeram do setor da cultura uma bandeira sua de negação da diversidade daquilo que é mais rico no nosso país. Portanto, esta Casa poder aprovar uma Moção de Solidariedade à lei do Paulo Gustavo é de uma profunda sensibilidade humana, daquilo que constrói, a identidade do

nosso país, então, nós temos que ser responsáveis. Eu não consigo entender por que ser contra à lei Paulo Gustavo, eu não consigo compreender por que isso poderá virar um objeto de disputa daqueles e daquelas que lutaram contra a vacina, que negaram que existia uma pandemia, e que foram derrotados paulatinamente em cada uma de suas bandeiras de luta; defender os artistas do Brasil, defender a cultura do Brasil, é defender aquilo que nos constitui enquanto sociedade e que mostra a nossa riqueza para todo o planeta.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por diversos vereadores, o Requerimento nº 024/22.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 27 **SIM** e 07 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): **APROVADO** o Requerimento nº 024/22.

Vereador Jonas Reis (PT): Só queria agradecer aos colegas que votaram favoravelmente à Moção. Como vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura desta Casa, entendo que os artistas de Porto Alegre vão agradecer, sim, a todos os nobres vereadores e vereadoras. Obrigado. Viva o povo da cultura!

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a formação de um bloco de votação composto pelos Requerimentos nºs 274/21, 027/22, e 015/22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento do Ver. Claudio Janta. (Pausa.)

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Não dou acordo.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não há acordo. Teremos que fazer a votação individual.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 274/21 – (Proc. nº 1163/21 – Ver. Aldacir Oliboni) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “ao Movimento em Defesa do IE, professores, servidores da educação, estudantes e pais de alunos pela luta em defesa da manutenção

do Instituto Estadual de Educação General Flores da Cunha como escola pública”. (SEI 021.00261/2021-41)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Mari Pimentel e Ver.^a Comandante Nádia, o Requerimento nº 274/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 28 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADO o Requerimento nº 274/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 027/22. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 027/22 – (Proc. nº 0126/22 – Ver. Claudio Janta) – requer seja encaminhada Moção de repúdio “à votação do STJ que definirá se o chamado Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), é exemplificativo ou taxativo”. (SEI 024.00014/2022-23)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 027/22. (Pausa) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 015/22 – (Proc. nº 0076/22 – Ver.^a Daiana Santos) – requer seja o período de Comunicações do dia 7 de março destinado a assinalar o transcurso dos 30 anos da ONG THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. (SEI 209.00017/2022-44)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 015/22. (Pausa) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 021/22 – (Proc. nº 0117/22 – Ver^a Laura Sito) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “à autonomia universitária e à decisão do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de exigir comprovante de vacinação no retorno às aulas presenciais”. **(SEI 216.00019/2022-26)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 021/22. (Pausa.) A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Mais um momento importante e simbólico de defesa de algo que todos nós deveríamos estar prezando, que é a democracia. Eu iniciei a minha militância muito cedo, ainda no movimento estudantil secundarista, no movimento negro, e sempre lutei e me orientei pela defesa da democracia, do ensino e, principalmente da autonomia nas nossas universidades. A autonomia é sinônimo de democracia, de liberdade, de defesa da ciência, do pensamento autônomo, do pensamento crítico. Ela significa a defesa de tudo o que nós precisamos no Brasil de hoje, no Brasil de 2022, sem falar que ela é uma prerrogativa constitucional. O art. 207 da Constituição garantiu autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial. Isso deve ser lembrado em períodos de questionamento da democracia e de questionamento do papel das universidades brasileiras. De forma mais ampla, esta moção, ela valoriza a autonomia da universidade e, de forma específica, defende que essa prerrogativa oriente a definição do retorno das atividades da nossa Universidade Federal do Rio Grande do Sul e também das demais universidades do nosso Estado. Por que eu menciono a UFRGS em específico? Porque o seu Conselho Universitário, órgão máximo de deliberação da universidade, normativo, aprovou a exigência do comprovante vacinal para o retorno das aulas na nossa universidade. A medida, além de importante, tem amparo na decisão do Supremo Tribunal Federal, que invalidou o ato do MEC que impedia a exigência e, por isso, atentava contra a autonomia das universidades. Mesmo com a decisão do Consun, a política não foi implementada na UFRGS, o que é reflexo das ameaças à autonomia e também reflexo da intervenção que nós temos do governo federal na escolha de um reitor que não foi eleito pela comunidade acadêmica. O coronavírus se enfrenta com a vacinação, se enfrenta com tratar a proteção, que não é meramente individual, mas é coletiva. É uma medida coletiva como uma estratégia de saúde pública em nosso País, algo que nós aqui estamos cansados de debater ao longo de todo esse período de

pandemia. As aulas ocorrem em ambiente fechado, têm longa duração, representam uma exposição de professores, estudantes, servidores, de todo o mundo que transita numa universidade que tem, só entre estudantes de graduação, em torno de 27 mil pessoas. É uma cidade a UFRGS, portanto, não tratar da sua segurança sanitária é de uma profunda irresponsabilidade. A medida da UFRGS é legal, ela é extremamente importante, a decisão do Conselho Universitário é digna da excelência da universidade, está em conformidade com as recomendações da ciência. Eu não esperava nada menos das instituições que carregam o desenvolvimento científico do País do que se comprometerem a garantir a segurança sanitária nos seus ambientes. Logo eu peço a todos a sensibilidade, que nós possamos aprovar uma moção que trata de um tema tão importante que é a garantia da segurança sanitária, a garantia da vacinação como uma medida estratégica central, para que nós possamos vencer o tema do coronavírus, que nós vimos enfrentando há tanto tempo, e que merece um compromisso do poder público. Portanto, convoco os colegas para que apoiem a moção de solidariedade ao Conselho Universitário da UFRGS, em solidariedade à autonomia da nossa universidade, em defesa da vacinação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 021/22.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Muito obrigada, Presidente, vou ser muito breve. Não me surpreende a Ver.^a Laura que deseja que o Conselho da UFRGS seja a voz final na decisão do que vai, ou não acontecer a respeito da comprovação da vacinação, até porque, olhando o nome dos conselheiros da UFRGS, todos são companheiros do seu partido, do PCdoB, do PT ou do PSOL, ou seja, mais uma vez, estamos aqui em frente a uma politicagem barata. Quero alertar os colegas vereadores para que não caiam nessa armadilha. É decisão do reitor da UFRGS, eleito com toda a legitimidade que ele tem, foi eleito sim. É uma lista tríplice, e é escolhido pelo Presidente da República. Agora a vereadora quer dizer que ele não foi eleito. Ora, vereadora, vá estudar bem o que está escrito na decisão da escolha do Presidente por parte da UFRGS. Mais do que isso, quero dizer que conversei com o reitor Bulhões, da UFRGS, e ele é contrário à obrigatoriedade do comprovante. Não podemos estar indo contra o reitor da UFRGS, que tem apenas uma sugestão do Conselho. Diga-se de passagem, o Conselho não está representando ali nem um médico, nem uma questão científica, está representando uma questão de política, e nós não podemos admitir que a politicagem esteja sendo prioridade na educação de jovens adultos. Então, eu digo para os colegas: leiam bem essa moção, conversem com o reitor Bulhões. O Conselho Universitário não define nada, a palavra final é do reitor; o Conselho sugeriu a obrigatoriedade do comprovante de vacinação, assim como o fez para o vestibular. Nós estivemos na universidade conversando com o reitor, com a vice-reitora, e eles botaram uma nota de esclarecimento, dizendo que não seria obrigatório.

Agora, para as aulas presenciais, também não pode ser. E me surpreende que PCdoB, PT e PSOL estejam cerceando a liberdade das pessoas, principalmente daquelas que desejam estudar para se aprimorar e ter uma profissão no futuro. Essa moção é "não", essa moção é perigosa, essa moção é politiqueira e essa moção não condiz com a realidade do que o reitor Bulhões deseja para uma universidade livre, que tenha liberdade e onde a democracia impere. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 021/22.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): O alívio que eu sinto tirando isso aqui, meu Deus! (Pausa.) Voltando ao tema em debate. Toda a minha solidariedade ao reitor Bulhões nesse sentido e ao reitor da Universidade Federal da Paraíba, Valdiney Gouveia, que, hoje de manhã, decidiu vetar a exigência do comprovante de vacinação contra a covid-19 para o retorno das aulas presenciais da instituição que deve acontecer no dia 21 de março. O veto foi divulgado nessa segunda-feira e é justificado, entre aspas, pela falta de previsão legal e de normativa interna das universidades que permita o Consepe deliberar sobre decisões que competem ao Consuni e ao reitor. É exatamente essa a questão, os reitores não estão lá de brincadeira, eles não estão lá para fazer papel de marionetes, eles estão lá para tomar decisões, que são absolutamente democráticas porque levam em consideração a opção, o direito de escolha e a liberdade dos estudantes. No momento em que uma universidade toma uma decisão, através desse conselho, de exigir passaporte sanitário de todos os alunos, ela está desrespeitando o direito individual dos alunos em tomar essa decisão. Em relação a esse assunto, é preciso ser dito, isso é autoritarismo, isso é antidemocrático, a exigência desse documento que não tem valor absolutamente nenhum para que alguém se proteja contra o vírus, ainda mais da variante Ômicron, está provado, basta ler, isso, sim, é ciência. As pessoas que vêm aqui falar de ciência deveriam ler mais e se atualizarem, porque todas essas deliberações já foram atualizadas. O Ômicron é uma variante que não respeita *lockdown*, que não respeita esse tipo de coisa. Ter um passaporte sanitário, um passaporte autoritário vacinal não preserva ninguém de se contaminar.

O vereador que anteriormente esteve na tribuna me citou como se eu tivesse falado de máscaras, acho que ele deve ter uma fixação pela minha pessoa, porque eu não tinha falado nada, mas já que ele provocou, vamos lá. O estudo de Bangladesh com milhares de pessoas, o estudo alemão que saiu anteontem, da CO-KI determinam que não há mais diferença entre o uso e não usar máscara para pegar esta variante. A recomendação da OMS recente, junto a OPAS, é que se use máscara quando se está sintomático e não quando não se está nem com a covid, nem com os sintomas. Os problemas relativos às crianças menores de 12 anos estão aí para qualquer um que queira ler e tenha interesse verdadeiro em saúde pública se informar, porque são extremamente prejudiciais para as crianças, porque afetam na alfabetização, no processo

cognitivo e na respiração das crianças, que praticamente passam o dia inteiro sufocadas sob o peso da máscara. Os problemas cognitivos e de socialização já são visíveis, as crianças de até os 5 anos de idade, se elas não aprendem a socializar e a reconhecer no rosto do outro as expressões faciais e os sentimentos, já está provado que elas não aprenderão mais durante toda a sua vida. A depressão infantil – as colegas Ver.^a Cláudia Araújo e Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino estudam tanto essa questão – está a passos largos, e uma das causas é a obrigatoriedade de máscaras em crianças. Então é muita hipocrisia, porque essas crianças estão nos parques, nas praças, correndo na beira da praia sem máscara, brincando sem máscara e, quando vão para a escola, querem obrigar o uso de máscaras em crianças. Isso é um retrocesso, isso é um absoluto retrocesso. As escolas de educação infantil privadas estão desde outubro de 2020 sem o uso de máscaras em sala de aula. Não houve vítimas, não houve surto nessas escolas, ou seja – isso é ciência! –, comparar esses dados com o que está sendo apresentado é ciência e tem que ser levado em consideração. As nossas crianças estão sufocadas. Para terminar, eu gostaria de dar uma recomendação a esses que defendem tanto, vamos trocar a sala de aula, as mesas e cadeiras de estudo na sala de aula, por mesa de restaurante porque aí, talvez, as crianças sentadas não sejam obrigadas a usar máscara no seu rosto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 021/22.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Sabem qual é o problema de termos pais e mães que seguem a ciência e vacinam seus filhos quando pequenos? É ter pessoas como a Fernanda Barth indo contra a vacinação. Talvez, se os pais dela tivessem a mesma cabeça dela, ela não estaria aqui propagando tanta mentira, falando tanta asneira, sem nenhum conteúdo científico, mentindo. Fernanda Barth, você é mentirosa, propagadora de *fake news* reconhecida nacionalmente e internacionalmente. A página dela foi bloqueada, "ah, é uma conspiração internacional dos capitalistas". Aí o liberalismo não funciona mais porque estão querendo tirar a liberdade de expressão. Eu digo que esse é um problema grave, talvez se os pais da Fernanda Barth fossem como ela, não teríamos que escutar esse tipo de coisa. Mas não, a gente precisa ...

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): Questão de ordem, Presidente.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Não dou, estou falando.

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): Eu exijo que seja retirado dos autos...

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Chama a comissão de ética, faz o que tu quiseres.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereadora, após a fala do Ver. Leonel Radde, eu lhe dou um aparte, agora não é possível.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Fernanda Barth.)

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Não retiro. A senhora é mentirosa e repito, faça o que a senhora quiser, mas a senhora não pode vir neste espaço mentir, porque isso é irresponsabilidade, é irresponsabilidade de políticos de *fake news*. É irresponsabilidade porque mata crianças, é irresponsabilidade porque lota UTIs, a senhora está indo contra a ciência. A gente não pode passar pano para esse tipo de situação. Aqui não tem nada a ver com disputa ideológica, a ciência comprova, tanto é verdade que o Instagram tirou sua página, tanto é verdade que a senhora já foi exposta no *Sleeping Giants*, mas a senhora insiste nesse discurso porque isso dá voto. E que morra a população que acredita nas asneiras que a senhora fala. E outra, Fernanda Barth, é muito complicado quando a gente vem de um grupo cultural quando é jovem e depois começa a fazer discurso moralista quando fica mais velho. É bem complicado, a gente tem que respeitar a nossa história, respeitar a democracia, porque na democracia aquilo que a senhora não quer pode vir fazer. Então vamos parar de passar pano para esse tipo de situação, de achar que é opinião. Vou repetir, é mentirosa sim, as máscaras funcionam sim, a vacina funciona e pessoas que mentem dessa forma são responsáveis por mais de 630 mil mortes no nosso País. Esse é o fato científico real, isso que muitas mortes não foram computadas. Se dependêssemos de pessoas como a Fernanda Barth, teríamos mais de um milhão de mortes neste País, um milhão contabilizado, fora os que morreram e não foram contabilizados. Então a paciência chega ao limite, escutar tanta mentira não pode mais ser uma regra. As comprovações científicas que eu estou dizendo aqui, e por isso chamo de mentirosas, eu consigo provar, porque quando a pessoa falta com a verdade, faz uma falácia em cima de *fake news*, de canais apócrifos, nós temos que nos posicionar. Já não é a primeira vez que a senhora tenta caçar o meu mandato, a senhora já tentou quando eu pedi uma opinião da senhora sobre um ato nazista realizado na frente do Palácio Piratini e simplesmente, por pedir um posicionamento da senhora contra os nazistas, a senhora não falou nada contra a fala nazista e veio pedir a minha cassação. Eu não tenho medo, fui ameaçado hoje de morte por neonazistas, vazaram meus dados particulares, não vai ser a senhora que vai vir aqui me intimidar com pedido de comissão de ética. Não me importa, podem me caçar também, mas eu não vou me calar frente a fascismo, nem frente a *fake news*, nem frente a covardia que acontece dentro da democracia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 021/22.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Eu quero parabenizar a Ver.^a Laura Sito pela proposição desta moção que é fundamental que a Câmara de Vereadores se posicione diante de um fato muito preocupante que vem acontecendo na nossa universidade desde 2020, que é um ataque permanente do governo federal ao princípio da autonomia universitária. Se a gente recorrer à história, fica nítido que têm determinados regimes políticos que não gostam de respeitar a autonomia universitária. Na nossa universidade nós tivemos dois momentos que esse princípio foi desrespeitado na escolha da reitoria. O primeiro, assim que a ditadura militar assumiu, destituiu o reitor que então tinha o seu mandato na universidade. E agora, novamente, com o governo Jair Bolsonaro, aconteceu um desrespeito ao processo eleitoral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e eu creio que a maioria de vocês, assim como eu, soube pela imprensa, através do Bibó Nunes, que não tem nada a ver com a UFRGS, quem seria o nome do novo reitor. Esse é o quadro de total desrespeito e de tentativa de desestruturação da nossa universidade federal neste momento. É necessário que a gente escute isso primeiro. A UFRGS vem retrocedendo do ponto de vista da sua organização e foi por isso que no ano passado o conselho universitário, que certamente a Ver.^a Comandante Nádia, que falou anteriormente aqui, não tem conhecimento de como funciona, é um órgão colegiado, eleito através de representações do conjunto das unidades da nossa universidade formado por professores em sua maioria, servidores e estudantes, com uma ampla adversidade que não tem nada a ver com siglas partidárias, PT, PSOL, PCdoB, siglas da direita, não tem nada a ver com isso. É um organismo construído pela universidade e que tem na sua tradição a demanda de tomar as principais decisões que interessam à comunidade universitária. Foi esse conselho, por exemplo, que depois de muita luta instituiu, no ano de 2007, a política de ações afirmativas. Foi esse conselho também que, quando eu era membro inclusive, no ano de 2012, votou uma série de medidas das quais eu não tinha acordo, é um conselho democrático, participativo. Pode ser mais inclusive, porque, infelizmente, preservou, ao longo dos últimos anos, uma maioria de representação que não dialoga com o que nós defendemos, historicamente, na universidade enquanto movimento estudantil e de trabalhadores que é o conceito da paridade. Então vejam só, nós estamos falando deste espaço que toma as decisões da universidade, que poderia ser muito mais democrático, mas que nem isso o bolsonarismo respeitou ao dizer que a decisão da comunidade universitária não valia. Então a questão da autonomia universitária é muito importante.

Quanto ao debate sobre o passaporte vacinal, na nossa opinião, a realidade vem comprovando a importância da vacinação. Eu hoje tomei, felizmente, a minha terceira dose. No mundo inteiro quando as pessoas tiram as suas máscaras, que tem acontecido em alguns países da Europa, tem a ver com a capacidade de imunização que a vacina trouxe para essas populações; então, nada mais justo que a gente tenha, no ambiente da produção científica, da produção de conhecimento, esse elemento valorizado como fundamental para as possibilidades de retorno agora à normalidade da vida universitária, e foi isso que o conselho universitário deliberou, que infelizmente foi desrespeitado mais uma vez pelo reitor Bulhões que, na verdade, tem que ser chamado pelo nome; não é reitor, é interventor, que agora ouviu, do ministro da Educação, na

última segunda feira, que vai ter cada vez menos dinheiro para universidade no Brasil, porque o Bolsonaro não aumenta a verba do contrário, e não pode dizer nada, escuta calado a deterioração de uma universidade que até há alguns anos se honrava pelo padrão de excelência, que tinha uma comunidade acadêmica ativa, participante, que lutava, que defendia seus direitos. Isso é o que nós estamos vendo hoje na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um grau de deterioração, não apenas da democracia, mas também do ensino, porque vai faltar, cada vez mais, investimento, nós não vamos ter a possibilidade de continuar desenvolvendo a pesquisa, o ensino, conectado com demandas que iniciaram sua trajetória de desenvolvimento na universidade, como por exemplo, a possibilidade de estudantes negros, de escola pública, ocuparem espaço na graduação, na pós-graduação, assumirem o papel de professores, também, cada vez mais, de servidores da universidade. Esses elementos iniciais de democratização que nós víamos nesse espaço que fazem com que setores, os quais estão representados aqui nesta Casa, mas também pelo reitor Bulhões, interventor, por outros segmentos que têm ojeriza ao conhecimento, à ciência, à educação pública de qualidade; nós estamos diante dessa situação que precisa ser combatida. Por isso que a moção da Ver. Laura é muito importante e deve ser aprovada para fortalecer hoje quem resiste dentro da universidade, que são estudantes, professores, servidores, maioria hoje do conselho universitário, dizendo: não, chega de intervenção e de desrespeito com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): Presidente, invoco o art. 94, § 1º, alínea f do Regimento, meu direito de resposta.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra, nos termos do art. 94, § 1º, alínea f do Regimento.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Caros colegas vereadores, infelizmente tem vereador que sobe na tribuna, desrespeitando esta Casa, praticando injúria e difamação contra seus colegas, mentindo; foi o caso do Ver. Leonel Radde que, por mais que se esforce, durante o ano passado inteiro, querendo que eu o citasse, e eu não o citei, mas desta vez serei obrigada, porque esse que vem aqui e me acusa de mentira, quando tudo aquilo que falei – citei as fontes, são fontes internacionais, conhecidas. Eu não costumo baixar o nível do debate com meus colegas, nunca, venho aqui dizer que me entristece muito ver um vereador que se diz líder dos antifas, vem aqui e pratica exatamente o contrário no microfone, vem aqui com uma verbosidade, violência, praticamente cuspiendo as palavras, cheio de ódio no coração, que é exatamente assim que o vereador age, e realmente em relação a mulheres tenho visto isso muito, parece até uma misoginia ou algo assim relativo a minha pessoa, porque insistentemente sou citada pelo vereador. Infelizmente eu tenho que responder que vou, sim, entrar com um pedido para que a taquigrafia retire dos autos qualquer

menção a eu ser mentirosa. O vereador vem aqui numa apelação de baixíssimo nível, cita minha família, faz ilações. Não tem mais nada para fazer melhor, vereador? Vá trabalhar. Sinceramente, vir aqui falar, e eu vou dizer: mentira. Mentira; a gente viu aqui nesta Casa, com um vereador querendo se promover, falando em acusação de nazismo, fazendo denúncias caluniosas, apologia a nazismo – não aconteceu naquele dia, aquilo foi uma denúncia caluniosa, pela qual ele ainda vai responder. Então, quem está mentindo aqui, vereador? A gente tem bem o registro dos fatos e das coisas que aconteceram. E eu tenho visto isso acontecer sistematicamente na pessoa deste vereador. É única vez que vou responder aqui a ele, porque não aceito vir aqui na tribuna me chamar de mentirosa, berrar, quase desmanchar o microfone de tanto ódio no coração. É inaceitável esse tipo de comportamento, vindo de um colega vereador. Lastimo muito esse tipo de atitude, e, sim, no que couber a mim aqui dentro desta Casa, esta retratação terá que ser feita. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 021/22, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esse debate sobre esta moção, mas que barbaridade, como diz o povo gaúcho! Que desrespeito, desrespeito com o povo, com a população, com a democracia, com a universidade, com autonomia universitária; vêm aqui, utilizam de palavras carregadas de ódio contra a universidade pública, carregadas de ódio contra o conselho, contra autonomia, constituída em lei, de uma instituição respeitadíssima. Eu tenho orgulho enorme de ter feito meu mestrado em educação na UFRGS, lá aprendi, lá muito construí conhecimento, de 2009 a 2012. E esta mesma universidade deve ser defendida também pelo parlamento municipal, a sua capacidade de entender e construir consensos lá no conselho. É lá, não é um presidente que acha que é dono do Brasil – vocês querem defender esse genocida! Vocês sujam a imagem de vocês, defendendo um inepto, uma pessoa que só desrespeita a população, que se jacta, falando mal dos negros, das mulheres, dos LGBTs, das minorias, dos índios, dos trabalhadores, que vilipendia essa Nação. Não é possível que haja aqui vereador que vá votar contra essa moção de apoio ao conselho, à autonomia da universidade. Vieram aqui, disseram que o Bulhões é reitor; não é, ele é interventor – essa é a palavra! Reitor é quem não foi empossado, que foi o mais votado. O que vocês diriam se a Manuela fosse empossada prefeita de Porto Alegre pela Justiça Eleitoral? Ela foi a segunda mais votada. O que vocês diriam? Ela seria interventora. Nós defendemos democracia; por isso que nós respeitamos quem está lá. Vocês têm que respeitar é quem não está na cadeira de reitor da universidade, e não esse interventor que implementa medidas ditatoriais de opressão, sucateamento da universidade, que não traz recursos para cá, para Porto Alegre. Quantos e quantas jovens deixaram de vir estudar na UFRGS porque já não têm mais auxílio estudantil, e o Bulhões está lá, de braços cruzados, assistindo o direito à educação ser negado em solo

gaúcho. Não é possível que tenha gente, vereador, vereadora, defendendo este cidadão. Ele pode ser qualquer coisa, menos reitor. E se ele está contra o passaporte vacinal, contra a vacinação, está contra a vida, contra o conhecimento científico. Como pode uma pessoa estar à frente da universidade e ser contra a ciência, isso é uma contradição, profissional e de vida, deveria estar fazendo outra coisa. A ideologia, ela ataca o direito do povo, essa ideologia negacionista, anticiência, antivacina; parabéns, Ver.^a Laura, pela proposição da moção. Nós vamos juntos defendê-la, aprová-la e levá-la a todos os cantos, porque nós, a maioria do povo, respeita a democracia, respeita a autonomia universitária, respeita os estudantes, respeita os professores, os funcionários. Como pode a ideologia tomar conta dos corações, e as pessoas virem para tribuna, carregadas de ódio, a toda hora ódio, ódio, ódio! Tem gente que vem aqui e fica batendo palma para Bolsonaro, e não resolve um problema na cidade, não vai a uma comunidade popular! O que vocês são? Vocês são apêndice do bolsonarismo? É isso? O Bolsonaro agora tem apêndices aqui, apêndices do genocídio que ele realiza na nação. Vocês já viram que o Bolsonaro afundou? Pelo amor de Deus, como diz a frase popular, tomem consciência do papel de vereadores, defendam essa cidade, defendam esse povo, essa universidade que muito nos orgulha. Estou vendo lá, penduraram uma bandeira do coitado; é um coitado, incapaz de governar uma nação, está lá, uma bandeira do Bolsonaro, mas o que é isso, pendurada aqui. Pode isso? Então, nós vamos pendurar a bandeira de qualquer presidente que a gente quiser. Isso não pode! Cadê o Regimento? Já tiraram outras bandeiras. Quer carregar a bandeira do Bolsonaro, Bobadra, carrega no bolso para não passar vergonha! E vamos aprovar essa moção! Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Bobadra, por favor, isso não é permitido, seja de qualquer candidato.

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 021/22.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, falo sobre essa questão do passaporte vacinal. Queria falar que, realmente, a exigência do passaporte vacinal para quem adentrar em alguma instituição pública é uma idiotice, é uma besteira que não tem tamanho; e para começar esse discurso eu apresento para os senhores o meu comprovante de vacinação, vacinei-me na rede pública de saúde, com duas doses da Pfizer, e se alguém acha que, para ser contra o passaporte de vacinação, tem que negar a efetividade das vacinas, está comprovado que isso não é verdade. E por que eu acredito que a exigência de passaporte de vacinação para adentrar em prédio público é uma idiotice, uma burrice? Respondo: se vacinar impede a contaminação da pessoa que se vacinou? Não; infelizmente não. Eu queria que a pessoa vacinada nunca mais pegasse o coronavírus? Sim, eu queria! Isso é verdade? Não. Então, exigir da pessoa o comprovante de vacinação para entrar num prédio público é razoável? Se a pessoa nunca mais pegasse, nunca mais transmitisse, faria um pouco de sentido. É

possível isso? Isso é realidade? Não. Então é só controle social sobre as pessoas que não se vacinaram. Eu queria também que as pessoas que pegaram a doença e se recuperaram dela nunca mais se contaminassem, mas isso, infelizmente, não acontece, porque essa doença desgraçada vai evoluindo, vai mudando e, depois de um certo período, as pessoas voltam a ficar vulneráveis. Aonde eu quero chegar com esse argumento, com esse discurso? Passaporte vacinal tinha uma intenção, a intenção de impedir a proliferação da doença. Ela impede a proliferação da doença? Não. Então é só controle social. É só para posar de gostoso, dizendo que se preocupa com as pessoas se intrometendo na vida das pessoas, mas isso, infelizmente, não tem a capacidade de impedir a proliferação da doença. Se nós estivéssemos preocupados em impedir a proliferação da doença, faríamos uma campanha de testagem em massa e, quando tivesse a detecção, nós, sim, pediríamos o isolamento pontual da pessoa que está infectada, mas não, a gente quer ser autoritário, obrigando as pessoas apresentarem um papelzinho emitido pelo Estado para aquelas pessoas que não se vacinaram sejam impedidas de conviver socialmente. Se essa pessoa é impedida de entrar num prédio público, entrar no prédio do Tribunal, da Prefeitura, fosse impedida também de pagar os impostos, opa, aí mudaria, mas para pagar imposto, *o.k.*, não tem comprovante, não é? Então se é para sugar o cidadão, está *o.k.* não apresentar o comprovante vacinal, não é? Então, assim: por uma falta de coerência e por, infelizmente, essa política pública não servir aos propósitos a que ela se propõe, entendo que não faz sentido exigir passaporte vacinal, porque tanto a pessoa que se vacinou, se contaminou e se curou, e a pessoa que se contaminou sem ter se vacinado e se curou, continua efetivamente podendo pegar a doença e a proliferar. E exigir o comprovante vacinal pode nos dar uma falsa sensação de segurança, por quê? Porque se eu estou com o papelzinho emitido pelo Estado significa que eu não estou mais transmitindo, não, então essa pode acabar transmitindo achando que está segura porque está com o papelzinho mágico emitido pelo Estado. Por isso, por saber que ela não tem a capacidade de impedir a proliferação da doença, eu entendo que a exigência do passaporte vacinal não passa de uma medida autoritária que não serve a proposta que foi levantada a sua proposição. Era isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Jonas Reis (PT): Uma questão de ordem que eu trouxe à tribuna, agora há pouco, o Ver. Bobadra estava com uma bandeira, acho que retirou, mas ele está circulando no plenário sem máscara. Não sei se ele esqueceu dos regramentos, mas que fosse constatado aqui para que ele pudesse se adaptar aos regramentos do nosso convívio no plenário, que não pode circular sem máscara. Para beber água, tomar café, essas coisas são razoáveis, mas assim não dá.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 021/22.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhoras e senhores, boa tarde a todos, telespectadores da TVCâmara, colegas vereadores, Sr. Presidente Idenir Cecchim. Nesta tarde de quarta-feira, estamos discutindo projetos importantes aqui que vão ao encontro de quem mora em Porto Alegre, no geral. Mas nós temos aqui uma moção de solidariedade em apoio à autonomia universitária e à decisão do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Veja bem, a nossa Constituição Federal de 1988, a nossa Constituição originária, sofreu mais de 100 emendas constitucionais, que seria o direito constitucional derivado. E a nossa Constituição Federal vai mudando, conforme os anseios da sociedade. Em 1988, nós trabalhávamos com administração burocrática; hoje, nós trabalhamos com administração gerencial, onde se colocou o princípio da eficiência no *caput* do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil. Então, veja bem, os conselhos são importantes, por óbvio, lá há pessoas que estão no conselho por questões temáticas, são conhecedores de causa. E o que o conselho faz? O conselho aconselha, ele ajuda, auxilia, assessora, mas o administrador, por óbvio, vai tomar uma decisão técnica, através do ato administrativo, por uma questão de conveniência, oportunidade, ele vai exercer o seu poder decisório para tomar, por óbvio, a decisão. Então, Presidente, telespectadores da TVCâmara, colegas vereadores, a nossa bancada, o meu partido, os meus colegas, nós seremos contra essa moção de solidariedade, porque ela não tem nexos causal nenhuma, e nós temos que pensar nas pessoas, porque Porto Alegre não pode parar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 021/22.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): A todos aqueles que nos assistem, nos acompanham aqui, pela TVCâmara, e também pelos demais canais da Casa, primeiramente, eu trago o que me causa grande estranheza: o fato que aqueles que defendem a democracia estejam defendendo com o reitor que está posto no cargo sem legitimidade alguma. Aí já tem um contraponto gigantesco que permeia a resistência da ignorância daqueles que, de fato, só sabem aqui falar e falar, falar. Considerando que nós estamos aqui falando sobre uma moção, a qual desde já encaminho o nosso apoio, enquanto bancada do PCdoB, que fala justamente do cuidado da saúde, de algo que é muito caro. Nós estamos falando de quase 800 mil vidas perdidas, por conta dessa boçalidade que é proferida sem cuidado algum. E falo aqui não somente como vereadora, falo enquanto sanitaria, falo enquanto estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que por muito tempo se debruçou e se aprofundou na ciência como parte da construção desse saber e não fica aqui, aleatoriamente, ditando aquilo que não sabe, porque tem responsabilidade com a população. Atentem-se a isto: aqueles que falam, falam, falam, em definitivo, só para sustentar uma posição ideológica pífia que definitivamente está colocando em risco muitas vidas. E já que gostam tanto de

tratar também dessa relação da cobrança de impostos, eu acredito que deveriam cobrar daqueles que se recusam à vacina, depois, ocupam as UTIs do SUS – é isso. Então, que sejamos coerentes, como muitas vezes já disseram aqui desta tribuna. Utilizem da coerência para isso também. Ora, assim como a democracia vale para alguns, e no caso do interventor Bulhões não vale, para outros, Ver.^a Aline, me parece que a regra não é mesma. Atentem a esses que ficam em definitivo utilizando dos espaços de fala para ataque, mas, definitivamente, não sabem é nada. Falam falsas verdades e querem mobilizar as suas bases para compreender essas falsas verdades que em absoluto – em absoluto – não trazem nenhum benefício a essa população, e tendo em vista que campanhas estão sendo estimuladas, campanhas de vacinação infantil, campanhas que fazem com que a população se utilize do Sistema Único de Saúde para garantia do seu direito e para proteção. Aqui, nós falamos da liberdade individual, mas também falamos da responsabilidade e do cuidado coletivo, que talvez seja isso, Ver. Oliboni, que esses não compreendam, porque falta essa construção da coletividade como forma de garantia de direito. É lamentável que estejamos na Câmara de Vereadores fazendo este debate, isso é tão 2020, que até me assusta que estejamos novamente trazendo à tona. Quantas vidas foram perdidas e ainda sustentam essas posições.

Para finalizar, digo que autoritarismo é referenciar essas atitudes, como essa de um reitor que não foi legitimamente escolhido. O STF derrubou um veto do MEC, isso gostaria muito que os vereadores que vieram aqui fazer a defesa ficassem atentos, porque estamos falando da instância máxima, do STF, derrubou esse veto e isso dá a garantia para que o conselho seja legítimo. Compreendam que nós estamos fazendo a defesa da democracia, e a democracia preconiza, primeiramente, no respeito e na responsabilidade pela população. Não venha aqui utilizar este espaço de falas para mentiras, que de fato são mentiras, mas se querem, então, que organize de uma outra forma, falsas verdades proferidas de uma forma muito elegante, mas ludibriam a população e as coloca em risco. Irresponsáveis! Vocês são uns irresponsáveis! Carreguem a conta das quase 800 mil mortes nas costas de vocês, assim como esse Presidente, que estava há pouco sendo referenciado com uma bandeira em meio a uma plenária, irresponsável, genocida! Alinhem-se a isso e carreguem o peso, porque a política de vocês é uma política de morte, de ódio a toda população! Compreendam que nós somos aqueles que defendem a vacina, defendem o cuidado sanitário, que defendem toda a população e sabem que a ciência é a centralidade de todo esse cuidado. Irresponsáveis e genocidas, tanto quanto o Presidente que vocês defendem!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Será descontado os dois minutos da próxima liderança do PCdoB.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 021/22.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Eu gostaria apenas de contribuir com o debate do ponto de vista... Eu não estou aqui, na verdade, fazendo uma discussão sobre o Presidente da República, sobre o desgoverno do Presidente da República nas áreas que nós, eu particularmente me frustrei. Eu acho lamentável que o Presidente da República tenha, durante o seu governo, decaído, no meu ponto de vista, e não correspondido à esperança e à expectativa de grande parcela da população brasileira. A minha discussão é sobre o que o Ver. Jonas e o PT falaram na tribuna hoje, adjetivando a escolha. Seja qualquer Presidente da República que esteja, seja qualquer o governante que esteja, ao acolher uma lista tríplice, ao acolher o resultado de uma reitoria de uma universidade ou de uma outra instituição, defender como se sempre o PT tivesse escolhido os primeiros a serem votados em lista tríplice. Quero ouvir, num outro momento do Ver. Jonas, por que esses adjetivos que ele usou hoje não usou contra o Tarso Genro, como governador, que não escolheu o mais votado no Ministério Público, em março de 2011, para ser o sexto no Ministério Público Estadual? Por que esses adjetivos de antidemocrático, de intervenção no Ministério Público? Então o senhor está chamando o ex-governador Tarso Genro de interventor do Ministério Público? De desrespeitador da democracia das bases? Me poupe, Ver. Jonas. A escolha da lista tríplice é legal. E o PT escolheu um que não foi votado em 2011, Ver. Jonas. Não estou criticando a decisão do ex-governador Tarso Genro que legalmente fez a escolha por aquele que não foi o mais votado na disputa do Ministério Público, em 2011. Só estou dizendo: alto lá, tenhamos memória, tenhamos coerência! Fica muito mais bonito para o Parlamento da capital gaúcha. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o Requerimento n° 021/22. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 10 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADO o Requerimento n° 021/22.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto favorável à Moção da Ver.^a Laura Sito. Por situação de uma demanda urgente no gabinete, não estava no momento adequado, mas queria registrar essa posição política.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Fica registrada a sua intenção de voto.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0932/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 033/21, que institui a Mediação Tributária no âmbito do Município de Porto Alegre, cria a Câmara de Mediação e Conciliação Tributária vinculada à estrutura da Superintendência da Receita Municipal na Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) e altera a Lei 12.003, de 27 de janeiro de 2016, incluindo a Câmara de Mediação e Conciliação Tributária, vinculada à estrutura da Procuradoria-Geral do Município (PGM). (SEI 118.00286/2021-30)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 20-12-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLE nº 033/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nº 03 e nº 04, de autoria do Ver. Leonel Radde, ao PLE nº 033/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 03 e nº 04 ao PLE nº 033/21.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, deferido pela presidência, que solicita a retirada de tramitação das Emendas nº 03 e nº 04 ao PLE nº 033/21.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLE nº 033/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, Ver. Idenir Cecchim; vereadoras, vereadores. Em primeiro lugar, quero só reiterar o que V. Exa. já, gentilmente, fez, que é registrar o meu voto favorável à moção da Ver.^a Laura Sito votada antes deste projeto. Em segundo, quanto ao projeto em si, dizer que nós debatemos no PSOL, debatemos na oposição. Há uma questão, Presidente, que temos que ter extrema cautela, que é justamente tudo o que pareça com renúncia fiscal precisa ser combatido e derrotado, se possível, neste plenário. Há poucos dias, anteontem, esteve aqui o secretário da Fazenda, colocou dados, argumentos sérios, importantes, uma pessoa preparada, mas ele traz um argumento, Ver. Oliboni, líder da oposição, que

sempre nos constrange. Qual é o argumento? Até porque não temos acesso aos dados plenos, a falta de recursos para determinadas ações. V. Exa. estive no Morro da Cruz, a Ver.^a Bruna também, outros vereadores, outras vereadoras, e o argumento do Executivo, via de regra, é o mesmo: faltam recursos. É um argumento que é difícil contestar porque nós não temos os dados, mas é um argumento que se torna, neste momento, de extrema importância porque nós estamos aqui, agora, há poucos minutos de votar, mais de uma maneira de o Município perder dinheiro, de que o erário municipal, Ver. Ferronato, que conhece muito bem esse tema, perca recursos. Eu vou dar um exemplo, no final do ano passado, Ver.^a Mônica Leal, numa dívida bem grande, cerca de 40 milhões de reais do Grupo Habitasul, foi feita uma dação em pagamento, um prédio, e foi quitada a dívida da Habitasul com o Executivo Municipal, mas a dívida foi quitada, Claudinha, nossa querida assessora de plenário do PSOL, por metade do seu valor. Então o Município perdeu, Ver.^a Aline Kerber, 50% do valor de uma dívida de 40 milhões. Eu quero dizer que o Grupo Habitasul tem patrimônio de um bilhão de reais. Lá em Cachoeirinha, Município aqui do lado, há uma área de dois milhões e meio de metros quadrados chamada Mato do Júlio, também chamada “Mato do Estupro”, houve muitos episódios violentos contra mulheres lá. Mato do Júlio é do Grupo Habitasul, só aquela área, quando loteada, valerá dois bilhões de reais. Está sendo feito agora o início do loteamento. E o Grupo Habitasul não podia pagar 40 milhões ao Município de Porto Alegre? Tinha que fazer uma dação em pagamento e o Município aceitar? Na reunião de líderes, nós debatemos o tema, o Presidente Cecchim presidiu a reunião muito bem, como sempre, e coloquei esse argumento, aí me disseram: qual é o sentido de o Município pegar uma área? Mas o Município vai executar a dívida, e a área vai ser leiloadada e paga a dívida com o Município. É óbvio, não é pegar a área, é fazer a execução. Hoje o Presidente Cecchim disse que as negociações serão com os pequenos e médios. É verdade, isso não temos nada contra, há duas emendas do PSOL, Ver.^a Aline Kerber, que votaremos daqui a pouco – Presidente, já aproveito, da tribuna, e peço destaque às duas do PSOL, só tem duas emendas –, onde nós limitamos a negociação a dois e meio milhões de reais. É bem alto, porque esses aí pegam todos os pequenos, pega o IPTU, pega ISS, pega tudo, Ver. Ferronato, nós limitamos. Estabelecemos também, reforçamos, aliás, o projeto estabelece que serão servidores municipais que serão negociadores – da ativa e aposentados –, segundo a nossa emenda. Mas não podemos criar uma maneira, um mecanismo legal, passando por este Legislativo, de que seja mais uma forma de se ter na prática renúncia fiscal. Aí, quando falta água no Morro da Cruz, não há recursos; aí, quando tem que aumentar o número de cestas básicas, no Município, para a população mais carente, não há recursos; aí, nunca há recursos. Mas o Grupo Habitasul tem recursos, tem muitos recursos e não pagou a dívida que tinha, pagou metade dela. Nós não podemos ser favoráveis ao projeto. Eu sei que a intenção é boa, eu sei que a intenção do Município deve ser a de buscar os recursos possíveis, o problema é que esse método induz o grande devedor, o gigante a não pagar o que deve. Porque até R\$ 2,5 milhões, a nossa emenda está prevendo que pode, mas aquele que deve R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões e tem patrimônio para garantir a dívida, qual é o sentido da negociação? Ele não vai pagar por

quê? Porque não quer, porque quer poupar, mas é dinheiro público que está em mãos privadas e não vem para o erário municipal. Como é que pode isso, Ver. Ferronato, repito, um especialista na matéria. Nós não podemos criar um mecanismo pelo qual – a não ser que haja um limite de valores – grandes devedores com patrimônio superior à dívida tenham a possibilidade de não pagá-la. É isso o que o projeto prevê. Por isso fica aqui a nossa posição contrária à aprovação desse projeto. Eu respeito os argumentos da Procuradora, Dra. Natali, respeito seus argumentos, apenas tenho divergência porque, por melhor que seja a sua intenção e de alguns setores governamentais, na prática o que nós temos é o exemplo do ano passado, da Habitasul, e isso nós não podemos permitir. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 033/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Quero ir na mesma linha do nobre colega Ver. Pedro Ruas, porém, justificando aqui o porquê de o Partido dos Trabalhadores ter apresentado duas emendas ao projeto de lei em discussão e acabamos retirando as emendas. O projeto de lei de mediação tributária no âmbito do Município de Porto Alegre, criando a Câmara de compensação, a Câmara de mediação e conciliação tributária vinculada à estrutura da Superintendência da Receita Municipal da Secretaria Municipal da Fazenda, alterando a Lei anterior nº 12.003. Nós temos convergência aqui no que o nobre Ver. Pedro Ruas salienta quando fala: "Esta lei veio para beneficiar quem?" Os grandes, os que têm capital, os que têm dívida grande ou os pequenos que quebraram em tempo de pandemia e em outras situações. Nós temos acordo de que os pequenos devem ter, sim, uma certa sensibilidade do Executivo, quando nós percebemos que, na dificuldade, obviamente, eles não pagam, nem que seja o IPTU, mas na dificuldade os tributos municipais sempre ficam como a última opção. Mas o grande sonegador ou que atrasa esses impostos, vocês podem verificar, são os maiores, bancos e muito mais. O Ver. Pedro Ruas levantou aqui a questão muito pontual da Habitasul que o governo já fez uma negociação. Mas nós sabemos também aqui, trazida a informação pela auditora municipal, que esse projeto de lei fala sobre não o total real da dívida, mas os penduricalhos, multas, juros e tudo mais. Se você deixa de pagar, obviamente, a cada ano tem uma multa significativa. E o mediador vai tratar desse valor atrasado com multas e assim por diante. E as nossas emendas tratavam do mediador, porque nós tínhamos entendido que o mediador, para esse processo, fosse contratado externamente. E aí é claro, nós fizemos duas emendas, uma tratando da seleção desse mediador e a outra sobre até que valor poderia ser pago para contratar esse mediador. Quando se refere – e por isso as emendas foram retiradas – que o mediador vai ser o servidor público, então fortalece a instituição pública, mas cria também uma certa

responsabilidade, nobre Ver. Pedro Ruas, líder do PSOL. E as emendas que o PSOL apresenta – até porque para emendas de plenário só podem duas por bancada – tratam exatamente disso, estabelecer um limite e esse limite trazido pelo PSOL é o mínimo, que trata de R\$ 2,5 milhões, como V. Exa. falou aqui. Então nós queremos a sensibilidade do governo. Até eu gostaria de visualizar aqui o líder do governo para poder conversar sobre as emendas, mas ele não está no plenário. Quando tem um projeto do governo, cabe, Ver.^a Cláudia, vice-líder, se manifestar aqui sobre o detalhamento do projeto de lei para dar segurança àquele cidadão que está nos assistindo ou vai nos ver depois, na reprise, para saber detalhamento de quem tem esse direito de um desconto, de uma mediação, até que valor. Senão não procuram a Receita Municipal e aí o projeto fica até meio que inócuo. Quem procura? Quem tem uma dívida astronômica ou significativa para poder fazer uma mediação que interessa, e aí, muitas vezes, esse projeto de lei tem endereço para poder beneficiar alguns que estão articulados com o governo. Esse é o nosso maior receio. Por isso, se isso não for aceito, a emenda dessa natureza, proposta pelo PSOL, apoiada pela oposição, obviamente que nós vamos votar contrariamente. Por isso a ideia de que aceitas as emendas, com certeza, fortalecerá o caixa municipal, mas dará um fôlego para aqueles que mais precisam.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 033/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Ver. Idenir Cecchim; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste aqui no plenário e pelas nossas mídias. Eu, nesta área, tenho uma experiência até bastante grande, trabalhei na Receita Federal, mas muito mais no Estado, na área do contencioso fiscal. Querido Ver. Pedro Ruas, Ver. Oliboni, trabalhei no contencioso que, à época, se dizia. Uma interminável discussão que começa com a primeira contestação do contribuinte, quando autuado. Essa contestação é administrativa, e o contribuinte diz lá porque não concorda e alguém da Fazenda – eu fiz isso por anos – vai dizer se concorda ou não com ele. Se discorda do contribuinte, ele tem a segunda instância administrativa. Ainda é o contribuinte que escreve a sua contestação e vai de novo para o órgão, no caso, a Fazenda. Mais uma discussão. Concluída essa discussão administrativa, ou não concluída, por óbvio, cabe ao contribuinte, se perder ou se não quiser esperar, ingressar com o processo judicial em primeira instância. A partir dessa primeira instância, ele vai subindo de instância como em todo e qualquer processo, ora na via judicial, que é morosa, e isso vira uma infundável ou muito longa discussão. Portanto, eu vejo como bom o projeto, aliás, vocês também disseram que concordam com o projeto. Na Fazenda, os meus colegas auditores fiscais tributários do Município também concordam. Muito bem, a mediação é um instrumento que tem sido usado com frequência, essencialmente na área jurídica. A mediação significa a busca de um

entendimento para terminar, e V. Exas. sabem muito bem, com uma disputa. No caso da Habitasul, eu também concordo que, com a potência que é, não precisava, não foi mediação, foi uma dação negociada na Fazenda. Portanto, eu vou votar favorável ao projeto. Com relação às emendas, também com todo o respeito, eu acredito na importância do mediador público, mas para que não haja parcialidade, vou repetir, eu fui julgador, há sempre um olhar, do lado do contribuinte, de que nós, mediadores, servidores da Fazenda, tínhamos um olhar muito fazendário e não havia forma de nós contestarmos isso. Portanto, eu acredito que a possibilidade de um mediador privado também é possível, porque sempre haverá, na negociação, a presença de servidor auditor ou procurador no processo. Portanto, voto assim, e mais, a questão de limitar valores é uma proposta interessante, mas, pela experiência que tenho, valores maiores e mediação significa buscar o melhor para as duas partes. Isso significa que o entendimento pode ser muito bom também na mediação para o setor público. Portanto, esse é o meu olhar de como enxergo o projeto. O projeto é interessante, é algo que está em moda, é positivo na busca de conquistar os recursos públicos com mais rapidez. Se nós fizermos uma avaliação do tamanho da dívida ativa da União, do Estado e dos Municípios, são centenas, muitas centenas de bilhões de dinheiro, recurso público, que estão nessa infundável disputa em que os processos, na maioria das vezes, até prescrevem e que a Fazenda pública normalmente perde. Por isso eu acredito na importância do projeto. Vou votar favorável até porque conversei com colegas da Fazenda e pela experiência que tenho, repito, de quase 50 anos na área. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Aline Kerber está com a palavra para discutir o PLE nº 033/21.

VERADORA ALINE KERBER (PSOL): Pena que este plenário já esvaziou. Nós sabemos que tem muita gente nos acompanhando pela TVCâmara, povo que também quer compreender e participar desse momento, dessas discussões, e cumprimento meu companheiro Eduardo Pazinato, que também está assistindo neste momento. Bom, em relação a esse tema, sem sombra de dúvidas, que a desjudicialização, a mediação e a construção de outras práticas que possibilitem soluções consensuais que não sejam por meio de medidas judiciais veem a contribuir sem sombra de dúvidas inclusive com a desburocratização. Mas sabemos que as medidas podem ser, nesse sentido, benéficas ao Município, ao contribuinte, ao sistema tributário municipal como um todo, o problema é que esse tipo de projeto, como bem disse o nosso líder, Ver. Pedro Ruas, destaco aqui mais uma vez, pode trazer algumas brechas abrindo a possibilidade de grandes grupos serem exonerados, recolhendo, descumprindo obrigações tributárias acessórias e abrindo brechas para esses grandes grupos. Há risco, sim, de ingresso de representantes do grande capital no sistema da administração tributária do Município que conduzam mediações e conciliações para

exoneração irregular no pagamento desses tributos. Então, nesse sentido, nós temos duas emendas para constituir um limite e chegarmos a bom termo.

Em relação ao tema que foi central hoje de discussão, até este momento, que é a vacinação, a gente vê que muito “antivacs” não praticante, não defendem a vacina, mas se vacinam, não querem vacina para criança, sabendo que é obrigatória, a Anvisa...

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Presidente, uma questão de ordem. Não é a pauta que está sendo discutida neste momento.

VERADORA ALINE KERBER (PSOL): Então, há, sim, uma grande perversão, uma confusão mesmo conceitual, confusão com relação ao termo, ao conceito de liberdade, de democracia, de misoginia. Então, vou te dizer, Comandante Nádia, de mulher para mulher, vamos olhar a ciência, vamos respeitar...

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Não é a pauta...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver.^a Comandante Nádia, eu receberei a sua reclamação depois da fala da Ver.^a Aline.

VERADORA ALINE KERBER (PSOL): Vamos respeitar o povo, vamos realmente fazer democracia na Casa do Povo, não é só discurso, a prática que é o critério da verdade, a vacina salva vida, sim, controlou a pandemia, quem está morrendo e quem está nas UTIs é quem não se vacinou, quem não tem ciclo completo de vacinação. O resto é delírio e oportunismo político barato, é o que a gente viu hoje aqui. Bom, a cidade já sabe, essa gente vai morrer no lixo, vai para o lixo da história, porque está claro o posicionamento, é tudo ideológico. Eles não se preocupam com a vida das pessoas e agora querem fazer infanticídio com as crianças. Então, para finalizar aqui, vacinem os seus filhos. A gente defende sim, o STF aprovou por 10 votos favoráveis e um contrário o passaporte vacinal, e é isso o que a gente defende, exigência de comprovante vacinal das crianças nas escolas. É decência, é manter o estado democrático de direito, e é também garantir o direito à saúde de toda uma população. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver.^a Comandante Nádia, pediu um aparte?

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Não, é uma questão de ordem, Presidente. Nós estamos discutindo um projeto do Executivo que fala sobre a mediação tributária. A Ver.^a Aline subiu à tribuna para falar de outra pauta que já acabou. Então, eu gostaria que nós mantivéssemos a ordem neste plenário, nesta sessão, como sempre tivemos, aliás, de discutir o que está em pauta. Além disso, eu gostaria que a Ver.^a Aline

discursasse mais a respeito de essa gente vai morrer no lixo, porque eu estou me sentindo ameaçada neste momento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Registrado, vereadora.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 033/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, nós ficamos muito preocupados quando os políticos acham que renúncia fiscal é uma coisa boa. Renúncia fiscal! Eu não vejo ninguém defender que a dona Maria, trabalhadora do comércio da Restinga tenha renúncia fiscal da sua conta de luz, da sua conta de água. Eu não vejo ninguém vir a esta tribuna discursar em defesa do seu Pedrinho, lá da Mário Quintana, que não pague os impostos sobre o arroz e feijão que ele já não consegue mais colocar na mesa; não vejo. Eu não vejo ninguém aqui defender que os professores não paguem a passagem de ônibus e nela embutida uma quantidade de impostos, que é uma caixa oculta da ATP, o dinheiro vai para lá. Não vejo, ninguém defende! Só defendem CNPJs, é um mistério essa política que abraça os poderosos e vira as costas ao CPFs. Por favor, a gente pode fazer política tributária de forma diferente, mas não renunciando o dinheiro do povo. Para que vocês querem negociação tributária, mediação tributaria se o secretário da Fazenda deixou sobrar quase R\$ 1 bilhão no caixa enquanto falta água, enquanto falta educação. Só na educação, quero lembrar, crianças de quatro e cinco anos estão garantidas por lei terem vagas na educação infantil. A Emenda Constitucional nº 59, aprovada, sancionada pelo Presidente Lula em 2009, e, em Porto Alegre, tem cinco mil crianças fora da escola e sobra dinheiro no caixa da Prefeitura. O prefeito deixou sobrar, não investiu R\$ 770 milhões, povo desta cidade, em educação, e aí ele quer aqui renúncia fiscal para botar mais dinheiro para sobrar mais dinheiro. Mas o que é isso? O prefeito Melo é um Tio Patinhas de verdade desta cidade. Vocês lembram desse personagem? O Tio Patinhas com um cofre enorme, cheio de moeda, de dinheiro, de ouro, é o Melo, está lá com o cofre da Prefeitura, enquanto o transporte é precário, os ônibus sucateados, é sofrível ver esses ônibus circulando na cidade, inclusive alguns da Carris sem manutenção preventiva, que podem explodir o motor a qualquer momento. Já vimos incendiar vários ônibus na capital. Para que renúncia fiscal, se o prefeito não faz a gestão do caixa, não utiliza o dinheiro do povo para o povo? Deixa o dinheiro render juros parado? Enquanto nas filas de especialidades, as pessoas demoram dois anos. Quero retomar aqui, já falei, são mais de 500 dias uma mãe com filho autista esperando na fila uma consulta no Sistema Único de Saúde da capital. Para que este prefeito quer mais dinheiro? Se não administra o dinheiro da população para realizar obras de grande monta? O endividamento da Prefeitura é da ordem da 5%, e a legislação deste País permite um endividamento de 110%. Com 110%, poderia fazer um viaduto em cada região e desafogar o trânsito, melhorar a mobilidade urbana e não o faz. Eu demoro quase duas horas para ir a Restinga na hora do *rush*, vocês acham isso justo? Um trabalhador aqui do Centro Histórico ou da Zona Norte, Zona Leste que tem que ir para a Zona Sul esperar duas horas no trânsito para chegar até a sua família, chegar em casa, cozinhar,

tomar banho e fazer todos os afazeres para no outro dia de manhã, às 5h ter de sair porque também demora duas horas para sair da Restinga e vir para o Centro porque o prefeito deixa dinheiro em caixa e quer renúncia fiscal! Para que mais dinheiro para este prefeito?

Então, eu trago aqui essa reflexão, para que nós, com a nossas consciências, possamos pensar melhor que política tributária nós queremos para Porto Alegre. Essa política de renúncia não me serve, e ela, neste momento, não serve para Porto Alegre porque o prefeito deixou sobrar dinheiro no caixa. Isso é horrível, isso é perverso e espero que isso não aconteça neste ano, que a gente tenha mais políticas implementadas e direitos garantidos para essa população. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Pedro Ruas, ao PLE nº 033/21.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque da Emenda nº 05 ao PLE nº 033/21.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Encerrada a discussão.

Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 033/21. (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, colegas vereadores e vereadoras, com relação à Emenda nº 01, ela diz que fica instituída a mediação tributária no Município de Porto Alegre como meio de prevenção e resolução consensual dos conflitos em matéria tributária administrativa e judicial, entre administração tributária municipal e o contribuinte, pessoa física ou jurídica com dívida tributária não excedente a 500 mil UFMs, Unidade Financeira Municipal. Bom, qual é o problema de os grandes participarem de uma mediação? Sinceramente eu não consigo entender. Ganha o devedor, seja ele pequeno ou grande, ganha o Município, que coloca nos cofres e pode utilizar esse recurso para a cidade. Então, por que limitar? E aí a gente entra também no princípio constitucional da isonomia que diz que todos são iguais. Eu peço aos meus colegas que sejam contrários que esta emenda porque ela prejudica o projeto. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 033/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, Ver. Idenir Cecchim; vereadoras e vereadores; público que nos dá a honra da assistência, as duas emendas do PSOL e a da oposição, e encaminho neste momento as três no mesmo espaço, o que elas

procuram é aprimorar o projeto, é dar segurança ao erário, é preservar os interesses republicanos que Porto Alegre tem. Não seria aceitável, Ver.^a Aline Kerber, a quem me refiro e que nesses dias tem mostrado seu brilhantismo no trabalho conosco, Ver. Oliboni, autor da última emenda, que esse projeto, como ele está, ser uma possibilidade real de renúncia fiscal, concreta. É inaceitável.

Em todos os momentos, eu já disse na tribuna e repito agora encaminhando favoravelmente às emendas, que nós procuramos a atuação do Município em algo que faça diferença efetiva para o povo, e eu dei dois exemplos aqui, a questão da água no Morro da Cruz, e o Município alega sempre que não há recursos, que não consegue bombear a água, que não tem bomba suficiente. Quando nós precisamos do aumento do número de cestas básicas, que Porto Alegre precisa distribuir 50 mil ao mês, pelo menos, e distribui 10 mil, 20% do necessário, qual é o argumento? Não há recurso.

Pois bem, nós temos uma emenda que limita a possibilidade de negociação a R\$ 2,5 milhões. Isso pega todo o contingente de micros, pequenos e médios devedores. Dois milhões e meio de reais pega todo mundo. Não pega o gigante, mas o gigante tem que ser executado judicialmente e não negociado. A outra emenda diz que tem que ser servidor público concursado; da ativa ou não, servidor público concursado. E a terceira emenda, já da oposição, diz que, quando o patrimônio do devedor for superior à dívida dele com o Município, essa legislação não pode ser aplicada. E aqui é diretamente o caso da situação da Habitasul que, com um patrimônio de R\$ 1 bilhão e uma dívida de R\$ 40 milhões, conseguiu fazer uma dação em pagamento de R\$ 20 milhões. E o Município perdeu exatamente R\$ 20 milhões, outro tanto. E aí falta dinheiro realmente para a água do Morro da Cruz, falta dinheiro para aumentar o número de cestas básicas, aí falta para tudo. Mas não faltou dinheiro para a Habitasul, cada vez mais rica, cada vez mais poderosa.

Então, o encaminhamento, Sr. Presidente, é favorável às três emendas, elas aprimoram o projeto. Com elas aprovadas, poderíamos até votar o próprio resto a favor. Sem elas, o projeto fica com uma possibilidade imensa de servir apenas para renúncia fiscal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Leonel Radde (PT) (Questão de Ordem): Só uma questão de ordem, Presidente. Queria ler o Regimento Interno da Casa, art. 13, falando sobre a Mesa Diretora, no § 6º, diz o seguinte: "Perderá o mandato de membro da Mesa o vereador que deixar o partido que integrava ao ser eleito." Eu queria dizer que foi muito bonito o evento do Partido Progressista com a Ver.^a Comandante Nádia, mas agora temos essa situação com a Mesa Diretora e que está contra o nosso Regimento, lembrando também que não podemos repetir membros do partido em relação à Mesa. A bancada do Partido dos Trabalhadores já protocolou requerimento, esperamos que tenha avaliação. Obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vamos tratar do assunto na próxima reunião de Mesa. Obrigado, vereador.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Mari Pimentel, a Emenda n° 01, destacada, ao PLE n° 033/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 10 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA a Emenda n° 01 ao PLE n° 033/21.

Em votação a Emenda n° 02, destacada, ao PLE n° 033/21. (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, só para esclarecer com relação à Emenda n° 02, da forma como o PLE está escrito, ele permite a participação de servidores públicos municipais com formação em mediação e conhecimentos técnicos, e permite que mediadores experientes também possam participar dessas mediações. E aí nós temos, como exemplo, os conciliadores da Justiça Federal, que não são servidores. Quem tem que determinar quem irá mediar é o Executivo. Exigir que sejam servidores não quer dizer qualidade técnica. Nós temos profissionais capacitados a exercer tal função. Não podemos limitar e, sim, oportunizar. Então, peço aos meus colegas que rejeitem a emenda em favor do projeto. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta e Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda n° 02, destacada, ao PLE n° 033/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 10 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA a Emenda n° 02 ao PLE n° 033/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Lembro aos vereadores e vereadoras que as Emendas n° 03 e n° 04 ao PLE n° 033/21 foram retiradas.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação a Emenda n° 05, destacada, ao PLE n° 033/21. (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Só para registrar, Presidente, o nosso voto é contrário a esta emenda, porque ela acaba com a mediação; se eu tenho uma casa de R\$ 15 mil e uma dívida de R\$ 5 mil, eu posso fazer a mediação. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 033/21, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu também serei muito breve, com todo o respeito ao argumento da Ver.^a Cláudia Araújo, mas digo que também acaba com os episódios como o da Habitasul, que com um patrimônio de R\$ 1 bilhão fez uma dação em pagamento de R\$ 20 milhões, devendo R\$ 40 milhões. Essa é a intenção exatamente da emenda. Com um patrimônio superior à dívida, não permite a negociação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta e pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 033/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 10 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADA a Emenda nº 05 ao PLE nº 033/21.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo e pelo Ver. Claudio Janta, o PLE nº 033/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 26 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADO o PLE nº 033/21.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Visivelmente não há quórum. Convoco os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras para a próxima sessão a ser realizada dia 2 de março às 14h.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h25min.)

* * * * *